

Mestrado em História Contemporânea

A Conflitualidade Social na Cidade do Porto no Período da Grande Guerra (1914 – 1919)

André dos Santos Brito

2016



André dos Santos Brito

**A Conflitualidade Social na Cidade do Porto no Período da
Grande Guerra (1914 – 1919)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Novembro 2016

A Conflitualidade Social na Cidade do Porto no Período da Grande Guerra (1914-1919)

André dos Santos Brito

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea orientada
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Universidade do Porto

Professor Doutor Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Sumário

Resumo	8
Abstract	9
Introdução	10
Capítulo 1 - Como Olhar a Cidade	13
Capítulo 2 - Novo Regime, Velhas Esperanças	16
2.1 A Constante Instabilidade	17
2.2 As Eternas Questões Económicas	18
2.3 Uma «Guerra» Social.....	20
Capítulo 3 - A Cidade do Porto	23
3.1 O Porto nos Meados da Década	23
3.1.1 Laivos de uma Cidade Industrial	24
3.1.2 Dinâmicas Comerciais em Contexto de Guerra	25
Capítulo 4 - Pelo Caminho da Expetativa: 1914-1915.....	27
4.1 Problemas de Ontem...Problemas de Sempre.....	27
4.2 O Mundo a Fechar-se.....	31
Capítulo 5 - As Grandes Dificuldades: 1916-1917	45
5.1 O Pão que a Guerra “amassou”	45
5.2 Para Além da Escassez de Géneros	52
Capítulo 6 - Do Sidonismo ao Pós-Guerra: 1918-1919	57
6.1 Relações com o Operariado Portuense	57
6.1.1 O Tormento dos Comerciantes	64
6.2 A (Des)ordem Política	66
6.3 A Monarquia dos 25 Dias	69
6.3.1 Por Entre a Restauração e a Continuidade	72
6.4 A «Paz» que Tardava.....	74
Conclusão	80
Fontes.....	84
Fontes Hemerográficas	84
Fontes Arquivísticas.....	84
Bibliografia	85

Agradecimentos

Este trabalho é, acima de tudo, o culminar de um objetivo, que assumi, assim que terminei a licenciatura, e, o qual, no cômputo geral, me deu um enorme prazer em realizar.

Pelas circunstâncias em que o desenvolvi, conjugando-o com o meu emprego, foi, também, um desafio a nível pessoal.

Em todas as etapas de desenvolvimento deste trabalho, procurei, de forma constante, empenhar-me em obter os melhores resultados, ainda que, nem sempre, a capacidade de trabalho fosse a mesma, no decorrer dos dias.

Agradeço: aos meus pais pelo apoio inesgotável que dão em todos os passos da minha vida; aos meus amigos, pela força, por perguntarem, sistematicamente, “Como é que isso vai?”, referindo-se a este trabalho, e por toda a energia; aos professores, os que passaram pela minha vida escolar e, nos últimos anos pela vida académica, com um especial abraço ao orientador desta dissertação, o Professor Jorge Alves.

Reconheço, no entanto, que não fui o orientando mais presente, fruto da minha vida profissional, mas espero ter correspondido às expetativas.

Resumo

As problemáticas sociais são, de uma forma geral, debatidas e analisadas mediante um contexto específico. Neste estudo, pretendemos trazer à discussão a ingerência da Grande Guerra e da política republicana, entre 1914 e 1919, no quotidiano portuense e, como a cidade do Porto reagiu a esse período delicado da história.

Este trabalho leva a cabo uma análise dos comportamentos sociais através das ações de conflitualidade (de carácter maioritariamente coletivo) ocorridas no Porto, procurando perceber as principais motivações para as mesmas.

Para esse efeito foram escarpelizadas as notícias do jornal portuense *O Comércio do Porto* que nos remetessem para uma perspetiva de conflitualidade, ao longo dos seis anos em questão.

Dessa dissecagem foi perceptível que a questão da carestia de vida esteve bastante presente no panorama tumultuoso e de protesto da cidade com o operariado a reivindicar, amiúde, as melhorias salariais que permitissem fazer face à inflação e à fome.

Além disso, as questões políticas com inúmeras variações ao longo destes anos, tiveram um papel central nas tomadas de posição das gentes do Porto e isso também se refletiu nas ruas da cidade com ações de protesto e tumultos que redundavam em violências.

Desta forma, este estudo pretendeu evidenciar a maneira como determinadas ações podem influenciar e extremar os comportamentos humanos durante épocas de crise.

Palavras-chave: Conflitualidade; Porto; Primeira Guerra; República

Abstract

Social issues are, generally, debated and analyzed taking into consideration a specific context. Through this study, we intend to bring to discussion the role of the Great War and republican politics in Porto's daily lifestyle, between 1914 and 1919, as well as how the city (Porto) reacted during that delicate period of History.

This study carries out the analysis of social behaviours through actions of conflict, being the majority of them of collective gender. Having taken place in Porto, we aimed to understand the main purposes that generated these conflicts.

To support this, the news from the local newspaper "O Comércio do Porto" that reflected and implied this conflict perspective during this six-year period, were carefully selected and deeply analyzed.

Based on this meticulous review, it was quite easy to understand that the dearth of life was always playing an active role in the tumultuous and protesting panorama in the city, where the working classes claiming for better salary conditions to keep up with the pricing increase and the hunger.

Furthermore, the political matters registered numerous variations throughout the years. Needless to reinforce that these alterations played a huge influence into the Porto citizens whose actions resulted, in most parts, into violence.

Overall this study aimed to bring into light how different and various actions can generate, influence and take some human behaviours to the extreme, in this case, in moments of crisis.

Keywords: Conflict; Oporto; First World War; Republic

Introdução

Em sociedade, quando se vive com hábitos adquiridos e rotinas estabelecidas, um acontecimento que perturbe o seu normal funcionamento, tem um efeito quase instantâneo. Capaz de moldar o comportamento humano, oscilante, entre o egoísmo e a sobrevivência, que não o difere do instinto selvagem do animal irracional ou, entre a crença e a angústia, quando se vê em situações que possam ditar o rumo da sua vida.

Isto é, o Homem não define o seu caminho sozinho, ele molda-se às circunstâncias que o rodeiam. Sendo que a abrangência, dessas mesmas circunstâncias, não podem, nem ser quantificáveis, nem medidas no tempo presente. A obra *A Construção Social da Realidade* dedica uma boa parte da sua tese à influência do meio nas pessoas, ou seja, que o Homem «[...] está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada.»¹, que direciona o seu caminho, à qual ele tem, constantemente, que criar as suas adaptações. Ao longo de todas as épocas históricas podemos encontrar conflitos, muitas vezes, cíclicos, de várias ordens: (bélicos, sociais, ideológicos) que destabilizaram e, consequentemente, reordenaram uma sociedade.

Com efeito, para este trabalho, podemos definir como acontecimento principal, a I Guerra Mundial.

O acontecimento que marcaria o primeiro quartel do século XX, terá tido o seu rastilho aceso, ainda, nos últimos anos do século XIX. Alguns historiadores alinham no que consideram o desejo de hegemonia alemã a nível mundial, postulada por um «[...] sentido [...] de inferioridade.» em relação às nações britânica e francesa, como advertiu Martin Gilbert². No mesmo sentido, e suportando-se da análise de vários autores, Matthew Stibbe, refere que, as rivalidades económicas com a Inglaterra, já nos primeiros anos do século XX, não davam outra alternativa à nação germânica que não fosse «[...] the destruction of English economic and maritime power [...]», o que seria «[...] one of the main results of a German victory.»³.

A Europa viveu, podemos afirmar, uma «guerra» de nervos, durante cerca de 40 anos e a I Guerra Mundial, não foi mais do que a confirmação daquilo que se adivinhava, com a

¹ BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas — *A Construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 71.

² GILBERT, Martin — *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 30.

³ STIBBE, Matthew — *German Anglophobia and the Great War, 1914-1918*. Cambridge: University Press, 2001, p.66.

declaração de guerra à Sérvia, por parte do império austro-húngaro, a «legitimar» a posição ofensiva da Alemanha.

Ora, a Grande Guerra⁴, como se consagraria, havia de marcar o futuro das nações mundiais. Com ela, definiram-se novos limites territoriais, novas formas de combate (com armamento mais sofisticado) e, sobretudo, alteraram-se as dinâmicas político-sociais existentes, não só, no palco da ação, mas também fora dele, com as ondas de choque a fazerem-se sentir um pouco por todo o mundo, com particularidade para o continente europeu.

Neste contexto, Portugal, (como oportunamente veremos neste estudo), vivia, ainda, um outro, o da recente implantação de um novo regime político⁵. A república chegou ao nosso país com o epíteto de esperança, capaz de solucionar os problemas que se arrastavam da monarquia e lançar o país e o seu povo, no caminho da modernidade e do desenvolvimento.

Em 1914, com o despoletar da Grande Guerra, o crédito dos republicanos não era o mesmo. Com dificuldades em solucionar os problemas de carestia de vida que eram uma realidade, sobretudo, entre a população operária, os sucessivos governos vão-se debatendo com panorâmicas sociais oscilantes e contestatárias.

Assim sendo, este estudo parte, fundamentalmente, de dois contextos: o da I Guerra Mundial e o da política nacional portuguesa. Embora o primeiro tenha sido, naturalmente, mais abrangente, ambos tornam-se preponderantes no quotidiano do país e, a dada altura, a influência que a Grande Guerra exerce sobre a política e a sociedade portuguesa acaba por alterar todo o tipo de comportamentos.

No entanto, convém ressaltar que este não é um estudo assente na Grande Guerra, nem na I república. Trata-se, de facto, de um trabalho de análise sobre a influência de ambas na sociedade urbana e nas possíveis alterações que nela se fizeram sentir, surgindo, desta forma, a necessidade de se compreender os tais contextos, em que se insere.

Traçando um perfil, genérico, da sociedade urbana portuguesa e dos seus dois centros mais importantes, Lisboa e Porto, na segunda década do século XX, podia definir-se como, maioritariamente, operária e de recursos financeiros escassos, em que a maioria das suas gentes vivia sobre o espectro, constante, da carestia de vida.

⁴ Esta definição deve-se, em muito, aos números que ela deixou. Foi a primeira guerra «de milhões», com: dezenas de milhões de mobilizados para o combate e milhões de mortos e feridos (entre militares e civis).

⁵ À data do início da Grande Guerra, a república portuguesa estava a caminho de completar quatro anos de existência.

Para que se compreendam, de melhor forma, as características sociais e o ambiente citadino, numa época de crise, foi delimitado como espaço de análise, a cidade do Porto, no período compreendido entre 1914 e 1919.

Desconstruindo a fundamentação deste trabalho, o mesmo alicerçou-se nos seguintes pontos-chave: I Guerra Mundial; I República; sociedade; cidade do Porto.

Dada a amplitude temática da questão, houve a necessidade de se imiscuir sobre as potencialidades da realização de um trabalho neste campo. Verificamos que, na realidade, alguma historiografia portuguesa já se debruçara sobre certas dinâmicas alternativas da sociedade (criminalidade ou levantamentos populares) focando a sua análise nos comportamentos sociais das populações, em particular, no período de vigência da I República, como constataremos nos capítulos seguintes.

Partindo de um conhecimento prévio de que a sociedade portuguesa sofreu consequências da Grande Guerra, mais ainda quando o país optou por tomar parte do conflito e de modo a tornar o foco deste estudo mais objetivo, foi perceptível denotar a existência de um pequeno «vazio» historiográfico que permitiria a este trabalho, dar a sua contribuição para o debate, em torno do ambiente social em tempos de crise.

Esse «vazio», se nos permite a abordagem, totalmente respeitosa, prende-se com o estudo, exclusivo, das variáveis comportamentais (de ordem pública e de conflitualidade), numa determinada cidade, concretamente, o Porto, durante a I Guerra Mundial.

Assim, chegamos à questão principal do nosso estudo: perceber como a população do Porto se viu afetada, ao longo de um período bastante conturbado da história, e como as suas gentes lidaram com as adversidades daí decorrentes. Para este efeito, foram estudadas as possíveis manifestações violentas que se despoletaram, os protestos que se levaram a cabo e a forma como tentaram solucionar os problemas que, diariamente, enfrentavam.

Como enquadramento geral, partimos para este trabalho com as problemáticas assentes nas questões sociais e na maneira como as «ruas» viam os acontecimentos exógenos potenciar uma alternância no normal funcionamento das suas vidas. Convém realçar, ainda, a leitura que as mesmas «ruas» faziam sobre a forma como os governos republicanos lidaram com as diferentes situações que se foram sucedendo nos anos de guerra. Por esta última razão, não podemos descurar a perspetiva política que o povo portuense teve sobre as ações governativas.

Da seguinte forma, as motivações para este estudo emergem do fascínio pela história social e da ambição de a poder trabalhar sobre a cidade do Porto. Ao aliar estas duas premissas, numa simbiose, é-nos permitido perfilar a sociedade portuense da época.

É sabido que a Grande Guerra, em Portugal, perpetuou medos, muito embora a sua «[...] memória coletiva [...]» não se tenha enraizado, transversalmente, às épocas seguintes, assim defende Sílvia Correia⁶, o seu impacto não deixou de merecer a atenção científica devida.

Era a primeira vez, na história recente, que o país se via envolto num conflito à escala mundial e as perdas humanas, refletiram a parca preparação que Portugal tinha, para um acontecimento desta magnitude. Se o «teatro de guerra» ocupa um lugar de destaque na historiografia nacional e conhecemos a plenitude da envolvência portuguesa na «frente de batalha», julgamos ser pertinente trabalhar, mais aprofundadamente, algumas dinâmicas sociais, a nível local, que a guerra também alterou.

⁶ CORREIA, Sílvia — *A Memória da Guerra* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 349.

Capítulo 1 - Como Olhar a Cidade

Olhar o quotidiano e as vicissitudes de uma cidade, num período de instabilidade interna e externa, com uma conjuntura favorável à desordem, pode permitir elaborar traços comportamentais de uma população, assim como, determinar as causas que mais inflamam a alteração de um comportamento coletivo.

Na historiografia portuguesa, é possível encontrar vários estudos que se focam nas interligações entre a sociedade, o seu habitat e suas conjunturas, sobre as quais nos é permitido debater os tais comportamentos populacionais referidos.

Deste modo, embora este trabalho não se debruce sobre a criminalidade, ou melhor, sobre todo o tipo de criminalidade, é acerca desta temática que alguns autores trabalham o meio urbano e as suas gentes.

Assim sendo, veja-se a obra de Maria José Moutinho dos Santos, na qual trabalha o período do liberalismo em Portugal e a Cadeia da Relação do Porto, permitindo, especificamente, traçar um perfil dos presos que as compunham e, dessa forma, dar uma perspetiva da sociedade portuense e nortenha, na segunda metade do século XIX, que, naturalmente, se reflete nos inícios do século XX. É um estudo que parte de dentro para fora, mas importante na perceção comportamental da população do Porto⁷.

Assente também na questão da criminalidade, a autora Maria João Vaz elabora uma importante identificação das ações que inquietavam a capital portuguesa na segunda metade de oitocentos e na primeira década do século XX (os roubos e furtos) remetendo a sua análise, também, para as dificuldades de reinserção dos ditos criminosos invariavelmente reincidentes⁸.

Ao analisarmos estas obras podemos, ainda, refletir sobre a paz social e a sua evolução. Embora não se verifique uma evidente turbulência externa, como nos anos da Grande Guerra, as sociedades debatiam-se com problemas que propagavam o crime e o conflito, desde logo, a pobreza, que potenciava os comportamentos mencionados.

É certo que cada pessoa, cada população, cada povo, reage de forma diferente a situações de crise ou pressão social e, é neste âmbito (perceber a forma como a população da cidade do Porto reagiu a um período conturbado da história) que este estudo foi levado a cabo.

⁷ SANTOS, Maria José Moutinho — *A Sombra e a Luz: As prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

⁸ VAZ, Maria João — *O Crime em Lisboa: 1850-1910*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014.

Neste estudo, pretende conseguir-se dar resposta a uma série de questões que julgamos relevantes na compreensão das dinâmicas sócio-comportamentais do povo portuense, entre os anos de 1914 e 1919, tendo como base de análise as notícias do periódico *O Comércio do Porto*.

Como ponto prévio, realce-se que o estudo em causa não pretende dissecar cada ação de conflito e, por ações de conflito, entenda-se ações de todo o tipo de criminalidade. Existiu a necessidade, sobretudo, por limitação de tempo, de filtrar o conteúdo analítico a ações coletivas de conflito, ou ações individuais que nos remetessem para uma perspetiva mais abrangente: quer pelas suas motivações, quer pela sua própria produção causa-efeito.

Posto isto, saliente-se que ao longo deste trabalho, não foi considerado relevante debater crimes contra a ordem ou tranquilidade pública, que derivavam de problemas de vadiagem, mendicidade e embriaguez, ou crimes contra a propriedade privada, como furtos, que existiam, predominantemente, como forma de sustento das pessoas que nada tinham, geralmente identificadas como vadios, ou salteadores provenientes de outros locais, fora das zonas limítrofes da cidade.

Importa contextualizar a baliza cronológica em análise. A escolha dos anos que medeiam 1914 e 1919, inclusive, foi tomada pelo pressuposto de uma investigação que visa as formas de conflito, numa perspetiva coletiva dessa mesma ação, numa cidade em tempo de crise, mais concretamente em tempo de guerra. Apesar de inserirmos a nossa análise no período bélico (terminado em novembro de 1918), houve a necessidade de trabalhar, igualmente, o ano de 1919 para percebermos qual o impacto que a Grande Guerra tivera na sociedade portuense.

Porém, e como não só da I Grande Guerra derivaram os problemas do país, procuramos perceber se outros motivos de instabilidade proliferaram no Porto, na segunda década do século XX.

Assim sendo, torna-se necessário perceber o conteúdo motivacional por detrás de uma ação de conflito. Após essa análise, urge a necessidade de identificar as ações que prevaleceram ao longo dos anos em questão. Neste âmbito, procurar-se-á colocar em foco os problemas mais sérios com que a população portuense se debatia e, quais aqueles que, mais vezes, desencadeavam estímulos veementes de protesto.

No seguimento do objetivo referido, a própria condição social dos intervenientes, nas ações de conflitualidade e o seu *modus operandi*, podem proporcionar conclusões precisas sobre os tipos de movimento que se formariam. Aqui, será importante perceber se existiam linhas organizativas por detrás de um movimento, ou se as ações individuais

ou em número reduzido de pessoas, conduziam a movimentos mais amplos e numerosos. No fundo, importará caracterizar a figura do «agitador social», daquele ou daqueles que, regra geral, instavam ao conflito.

Partindo do aspeto governativo e das formas que o governo central e o governo civil do distrito do Porto tentaram encontrar para precaver ou solucionar as ações de conflito levadas a cabo, tornar-se-á interessante indagar sobre a pertinência e prontidão das mesmas e se daí resultavam efeitos práticos de contenção dos levantamentos existentes. No âmbito da caracterização do espaço de protesto, surge como questão problematizante, identificar qual o local ou locais em que as ações se desenrolariam. Por um lado, compreender se o espaço público e privado tinham a mesma relevância ou se, pelo contrário, um predominava sobre o outro no que concerne à ação.

Como acima mencionado, a base de análise e principal fonte de investigação utilizada neste trabalho, é o jornal *O Comércio do Porto*.

À data *O Comércio do Porto* era um jornal diário de referência na cidade portuense. Predominantemente ligado às questões comerciais e matérias económicas da região, em particular da cidade do Porto e sua zona de influência, a relevância que este periódico deu aos problemas sociais que afetaram esta região, durante o período em análise, fazem dele uma importante fonte de recolha de informação sobre o estudo em causa.

A análise metodológica do periódico baseou-se no levantamento de notícias que remetiam para ações de conflito, geralmente tumultuosas (embora nem sempre violentas) vividas na cidade do Porto. Nesse levantamento, foi importante definir três principais campos, causadores ou motivadores de conflitualidade: político; religioso; social (reivindicações operárias, escassez de géneros, fome).

Para essa análise, efetuou-se uma sistematização dos dados recolhidos, através das notícias levantadas, que se pretendiam úteis na produção de respostas aos pontos de reflexão, acima mencionados. Neste processo, procuramos extrair das notícias, informações como: o espaço da ação; as personagens intervenientes⁹; o motivo da ação; o uso ou não de força policial; número de detenções, feridos e/ou mortos (neste caso, nem sempre quantificáveis).

Como forma de sustentação teórica ao estudo realizado, a perspetiva estatística e numérica dos dados contidos nas notícias será contemplada ao longo deste trabalho.

⁹ Sobre as personagens que intervinham, nas ações de conflito, procurou-se identificar a sua atividade profissional (pessoa civil, militar, política, etc).

Capítulo 2 - Novo Regime, Velhas Esperanças

A Monarquia Constitucional há muito que caíra em descrédito no seio da população portuguesa e o seu fim, a 5 de outubro de 1910, através de uma simbiose entre sindicalistas-revolucionários que ganhavam cada vez mais preponderância no operariado urbano, e os intelectuais do Partido Republicano Português (PRP) deu ao povo o fôlego necessário para se acreditar numa mudança nas suas condições de vida¹⁰.

Mas será que o republicanismo alterou, de forma efetiva, o ciclo de vida decadente no qual a população portuguesa se encontrava? A implantação de uma nova corrente de pensamento político originou, automaticamente, mudanças nos aspetos económicos e sociais da nação portuguesa?

O republicanismo, como construção ideológica da sociedade, deixava antever uma maior igualdade de oportunidades para todos. As oligarquias burguesas que provinham de uma Monarquia Constitucional corrompida e que segregavam as ilusões de um povo, já de si pouco ambicioso, teriam os seus dias contados. Portugal poderia, finalmente, começar a caminhar no trilho da modernidade, em conjunto com os países do norte e centro da Europa, acompanhando os seus desenvolvimentos técnicos e progressão económica positiva que os caracterizava.

Se a expectativa era a de um Portugal diferente, capaz de desenvolver-se industrialmente, progredir economicamente e tornar sustentável a sua base social, isso, tornou-se, desde os primeiros tempos da implantação do novo regime, um desígnio utópico.

Os desígnios republicanos encontraram vários entraves durante o seu percurso. Ainda que de forma um pouco superficial estes desígnios podem ser resumidos a dois fatores: um interno e outro externo. Internamente a República viveu, de forma constante, tempos de instabilidade, na sua larga maioria, provocados por cisões no próprio Partido Republicano Português que, no fundo, raramente se conseguiu desprender das acusações de caciquismo, tão proeminentes na monarquia. A nível externo, o despoletar da I Guerra Mundial e, consequentemente, a entrada de Portugal, na mesma, não augurava um caminho retilíneo de desenvolvimento e crescimento.

¹⁰ Ver ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 17-20.

2.1 A Constante Instabilidade

O republicanismo em Portugal registava, já desde finais do século XIX, um crescimento da força estrutural necessária à sua efetiva implantação, o que aconteceria em outubro de 1910.

No entanto, com um país socialmente enfraquecido e enfrentando uma economia débil, seriam de prever as dificuldades que os republicanos iriam enfrentar, na tentativa de dinamizar a nação portuguesa.

A historiografia é consensual no que respeita a designar a I República como um período politicamente conturbado em que, apesar do caráter reformista inerente à mudança de regime, cedo se percebeu que as dificuldades para levar avante o seu projeto ideológico iria esbarrar no interior do próprio regime, no que António José Telo identifica, como sendo uma desintegração em «quatro correntes de fundo»: movimento operário; «adesivos» que aderem repentinamente aos republicanos, alguns dos quais, ex-monárquicos; a divisão do próprio núcleo central do partido; e, por fim, o desmembramento da Carbonária (vulgarmente designado como o «braço armado» republicano)¹¹.

A afirmação de Telo é, ainda, corroborada por Gaspar Martins Pereira, quando nos diz que «Os governos e os parlamentos republicanos privilegiaram as questões políticas e perderam-se, frequentemente, nos meandros do tacticismo partidário [...]»¹².

Com a república implantada (pese embora fraturada) e sem laivos de um ressurgimento monárquico, havia a necessidade de afirmar, pela via de sufrágio, o que o povo legitimara nas ruas, ou seja, dar caráter legal ao regime.

Neste âmbito, também as expetativas criadas ficaram aquém do que vinha a ser proclamado e defendido pelos republicanos. Afirma João B. Serra que «A legislação eleitoral republicana manteve [...] a continuidade com a anterior legislação monárquica»¹³ pelo que, o regime republicano, e não apenas nestas primeiras eleições, é eleitoralmente como as «democracias liberais elitistas, típicas do século XIX [...]»¹⁴, remata António José Telo.

¹¹ TELO, António José — *Primeira Republica I – Do sonho à Realidade*. Lisboa: Presença, 2010, p. 148-149.

¹² PEREIRA, Gaspar Martins — *Que República?* In — 25 Olhares Sobre a República – Do republicanismo ao 28 de Maio. Lisboa: Público, 2010, p. 123.

¹³ SERRA, João B. — *A República (1910-1918)* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 100.

¹⁴ TELO, António José — *Primeira Republica I – Do sonho à Realidade*. Lisboa: Presença, 2010, p. 164.

A divisão no interior do partido que sustentara o governo, o Partido Republicano Português, era clara. Mais incontestável se torna quando, nos inícios de 1912, António José de Almeida funda o partido evolucionista (Partido Republicano Evolucionista) e Brito Camacho, o partido unionista (Partido da União Republicano), mantendo-se Afonso Costa como líder do então denominado Partido Democrático.

Até ao eclodir da I Guerra Mundial o país conhece cinco governos (incluindo o Governo Provisório) e, se formos um pouco mais longe, até à entrada de Portugal na Grande Guerra, existiram dez governos a liderar os destinos do país, bem como o Movimento das Espadas (o qual trataremos mais adiante neste estudo).

Não é segredo que, esta instabilidade política contribuiu, de forma significativa, para a incapacidade económica e, consequentemente, social em que o país mergulhou ao longo da I República.

2.2 As Eternas Questões Económicas

Os desafios económicos e financeiros com que a república se deparava, passavam, essencialmente, por equilibrar as finanças públicas e dinamizar uma economia dependente de um rudimentar sector agrícola, predominantemente rural, mas com força braçal abundante (mais de 3 milhões de trabalhadores em 1911)¹⁵.

A incipiência da indústria pesada ou transformadora, no Portugal da segunda década do século XX, era uma realidade. Mesmo nos dois maiores centros urbanos, como Lisboa e Porto, prevalecia a indústria artesanal, de cariz quase familiar, permanecendo o país bem longe das realidades norte e centro europeias.

Havia, nas esferas governativas republicanas, muitos esforços a serem realizados para impulsionar economicamente o país. No entanto, essa necessidade não teve contextos de sucesso favoráveis. Se por um lado, a falta de consenso político era uma constante, por outro, a iminência de um grande conflito internacional, não perspectivava o melhor cenário para a economia portuguesa.

Da historiografia recente, sobre as problemáticas económicas da I República, no período que nos propomos analisar, há a salientar o estudo de Ana Paula Pires, sobre os particulares contextos com que a economia nacional se deparava, às portas da Grande

¹⁵ PIRES, Ana Paula — *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p. 39.

Guerra. A autora expõe, pormenorizadamente, a tentativa dos sucessivos governos lidarem com as questões económicas mais prementes no país, desde os aspetos que limitavam a indústria, às próprias dificuldades de abastecimento com que Portugal se viu afetado, sobretudo no período beligerante.

Não obstante as dificuldades acima referidas para tornar a economia mais competitiva, «A crise portuguesa ganhou um novo protagonismo sob o signo da Guerra, reflexo [...] de uma economia dependente do exterior para se alimentar e para ter energia e matérias-primas.»¹⁶.

A dependência portuguesa do financiamento estrangeiro, sobretudo de Inglaterra¹⁷, agudiza-se com o despoletar da Grande Guerra e, nesse contexto desfavorável, os crescimentos, quer industrial, quer económico, tornam-se quase impossíveis de concretizar. Mais adiante neste estudo, daremos conta destes aspetos.

A dependência do exterior fazia sentir-se, também, no abastecimento de produtos cerealíferos. Esta questão ganhou maior dimensão se associarmos três factos ocorridos nos primeiros anos da I República: as reivindicações operárias que, ao verem os seus salários estagnados, subiam de tom; a dependência portuguesa do estrangeiro, no que respeita à importação de cereais, ganha novos contornos com o potencial início da Guerra, fazendo com que o abastecimento seja limitado, por parte dos países exportadores; havendo menos oferta de produtos de primeira necessidade, como os cereais, ocorre, naturalmente, um aumento do preço dos mesmos.

Sobre este aspeto, defende Pedro Lains que «A dimensão dos efeitos financeiros de guerra em Portugal foi das mais importantes, à escala europeia, como se constata do facto de a inflação dos preços ter sido das mais altas entre os países envolvidos»¹⁸. Desta forma, seriam, inevitavelmente, as classes trabalhadoras as primeiras a sofrerem com isso, pois os seus salários não acompanhavam a subida dos preços.

Porém, não só o país se via limitado nas suas importações. Uma outra dificuldade prendia-se com a impossibilidade de escoar o que produzia, ou até mesmo o que importava para transformar das suas colónias em África, dada a proteção que os mercados consumidores

¹⁶ PIRES, Ana Paula — *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p. 65.

¹⁷ As relações comerciais e económicas entre os dois países, são amplamente conhecidas. Num breve contexto, é possível, remeter ao famigerado Tratado de Methuen, o início de uma verdadeira e infundável dependência portuguesa dos capitais ingleses.

¹⁸ LAINS, Pedro — *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 149.

vão construir, no momento em que o conflito vai ganhando forma e dimensão¹⁹. Isso mesmo é corroborado no estudo de Ana Paula Pires, em que, à passagem de 1914 para 1915, as importações excediam, em larga escala, as exportações²⁰.

As consequências económicas nefastas que a Grande Guerra teve para o país, são ainda defendidas por Pedro Lains, sendo que, Portugal chegava a 1918, com um diferencial bastante negativo nas suas contas públicas²¹, causado, evidentemente, por uma guerra devastadora.

2.3 Uma «Guerra» Social

A 16 de março de 1916, a Alemanha, após ver confiscados os seus navios, declara, oficialmente, guerra a Portugal²². Dezanove meses depois do início da conflagração, o país entra, assim, na frente europeia de guerra.

No entanto, há muito que Portugal se depara com extremas dificuldades sociais, que o contexto bélico viria «apenas» radicalizar e insuflar.

O cenário de fome, de desemprego, de parcas condições de trabalho, de salários baixos e de aumento exponencial dos preços sobre os bens de primeira necessidade (evocando, apenas alguns dos problemas sociais), com que se deparava o país, tornariam a realidade portuguesa ainda mais problemática num período de instabilidade.

As sociedades europeias mais desenvolvidas, como os casos de Inglaterra e da França, começam, na segunda metade do século XIX, e fruto do seu desenvolvimento industrial, a deparar-se com uma nova realidade: o crescimento e estruturação de uma nova classe social, o operariado. Os grandes centros urbanos, polos de atração laboral e, onde se antevia estarem as oportunidades de melhoria das condições de vida, desenvolvem-se e alargam as suas periferias, graças ao crescimento exponencial que a classe operária vai ter.

¹⁹ Neste contexto a exportação de vinho português (principal produto comercializado) ressentem-se imediatamente, com os países norte e centro europeus (principais importadores) a limitarem as suas compras. Havia a necessidade, para esses mesmos países, de canalizar recursos financeiros para o conflito bélico, logo a cadeia de repercussões económicas, para países dependentes desse tipo de transações comerciais, como era o caso de Portugal, era expectável.

²⁰ PIRES, Ana Paula — *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p.104.

²¹ LAINS, Pedro — *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 156-159.

²² Na verdade, o país já se encontrava em pleno conflito. Em África, há muito que as colónias portuguesas, de Angola e Moçambique, se viam atacadas por forças germânicas.

Apesar de Lisboa e Porto serem, desde sempre, as duas principais cidades portuguesas e, consequentemente, os dois polos de atração ao investimento e às oportunidades de trabalho, é apenas no início do século XX que uma verdadeira organização da classe operária, de cariz reivindicativo, alicerçada nos ideais anarquista e sindicalista revolucionário, se começa a estabelecer e a ganhar força de luta.

Assim sendo, é possível encontrar na historiografia portuguesa, mais recente, alguns trabalhos direcionados para a conflitualidade social que, não se dedicando em exclusivo ao período em análise, não deixam de o referir.

Diego Palacios Cerezales em *Portugal à Coronhada - Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, faz um levantamento das ações de conflito mais relevantes e a forma de agir da autoridade, entre o liberalismo e o final do século XX. No período da I República e em concreto no período da Grande Guerra, a obra foca as suas problemáticas nas tentativas de controlo por parte das instituições do Estado.

Uma importante força repressiva, dos atos de saque, de levantamentos de protesto popular e das greves, que se iam manifestando um pouco por todo o território, nos anos de guerra, seria a Guarda Nacional Republicana (GNR). Evidencia o mesmo autor, «o comportamento cruel da GNR, presenciado nas ruas da capital, onde se viu menores serem agredidos à coronhada e recorrer-se imprudentemente às armas de fogo»²³, quando decorria o ano de 1917 e Portugal já se havia incorporado na frente europeia da Grande Guerra. A GNR foi, objetivamente, o braço armado do republicanismo, essencial na própria manutenção estrutural dos sucessivos governos e a quem recorriam para o controlo das populações.

O autor aponta, ainda, algumas das formas que os poderes, central e local, tentaram levar a cabo para fazer frente aos conflitos sociais que se propagavam, um pouco por todo o país, mas, sobretudo, nos grandes aglomerados urbanos. Várias foram as vezes que o governo central decretou a suspensão das garantias constitucionais aos cidadãos nacionais quer por causa de conflitos grevistas, quer para precaver alguma insurreição revolucionária²⁴, não se coibindo de uma atitude repressiva e violenta.

A afirmação das posições republicanas cedo deu a entender que iria despontar, frequentes, cisões sociais. A Igreja foi, desde logo, a instituição mais visada pelo Governo Provisório

²³ PALACIOS CEREZALES, David — *Portugal à Coronhada - Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 239

²⁴ PALACIOS CEREZALES, David — *Portugal à Coronhada - Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 229

e os conflitos sociais, decorrentes da laicização pretendida por parte do mesmo, não tardaram a acontecer, um pouco por todo o território nacional. O autor David Luna de Carvalho desenvolve este tema, de forma pertinente, debruçando-se sobre as resistências populares às restrições religiosas que a república quis, atempadamente, implementar, tendo como base, não só, a Lei de Separação do Estado das Igrejas, como os seus «[...] Decretos Proibitivos [...]»²⁵. Essas resistências tumultuosas, permitem-nos aferir da complexidade que foi a questão religiosa, à época e, como se encontrava enraizado o catolicismo em Portugal, pese embora, a sua «[...] articulação pontual e sempre muito pouco abrangente [...]»²⁶ como defende o autor.

Mais próximo do teor analítico deste trabalho, a obra de David Luna de Carvalho, reserva um capítulo de abordagem aos conflitos gerados por motivos económicos e sociais. Neste âmbito, e pelo levantamento dos tumultos, realizado pelo autor, a questão das subsistências teve um cariz predominante, com especial incidência a norte²⁷.

²⁵ CARVALHO, David Luna de — *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2011, p.61.

²⁶ CARVALHO, David Luna de — *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2011, p.337.

²⁷ CARVALHO, David Luna de — *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2011, p.272-273.

Capítulo 3 - A Cidade do Porto

3.1 O Porto nos Meados da Década

As gentes do Porto sempre fizeram da sua cidade aquilo que, hoje em dia, poderíamos caracterizar de, cidade anti-sistema, ou, como referiu Guichard, a «cidade do contrapoder»²⁸. Com características manifestamente vincadas, a população portuense fez, na verdade, ao longo da sua história, a defesa da honra de um espaço do qual era cúmplice. O Porto havia sido a cidade que elegera o primeiro deputado republicano (Rodrigues de Freitas) e, simultaneamente, a cidade da *Revolta do 31 de Janeiro* que, em termos históricos, ficaria sempre conectada com a primeira tentativa, realista, de implantação do republicanismo em Portugal. Logo, a sua relação com o idealismo republicano era inegável e, após a implantação da república, os altos dignitários republicanos, que regiam os destinos da cidade, como o governador Paulo Falcão e o Presidente da Comissão Municipal Francisco Xavier Esteves, sentiam que o regime devia ao Porto «a reintegração dos oficiais e soldados atingidos, com a atribuição de pensões aos familiares dos mortos»²⁹.

Contudo, terá a lealdade portuense, permanecido transversal ao percurso republicano?

À semelhança do que se vivia um pouco por todo o país e sendo a cidade do Porto o segundo maior centro urbano, a sua situação aquando da eclosão da I Guerra Mundial, era instável.

A república demorava em ganhar a consistência política necessária que permitisse ao país ganhar estrutura económica, sustentável ao seu progresso. O operariado urbano encontrava-se, cada vez mais, encurralado em baixos salários que não permitiam fazer face ao aumento dos preços dos bens de primeira necessidade. Este aumento de preços intensificou-se, graças à escassez de géneros que se instalara em Portugal.

A fome era uma realidade nos estratos sociais mais baixos, em particular nas classes trabalhadoras. O Porto, como cidade com um aglomerado operário considerável, vivia, por dentro, esse drama social que teve o seu apogeu com o problema das subsistências. Tratou-se, pois, de um tormento que haveria de se prolongar, por vastos anos desta segunda década do século XX.

²⁸ GUICHARD, François — *O Porto no Século XX*. In RAMOS, Luís Oliveira (dir.) — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994, p. 561.

²⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926). História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina* (Vol. XI). Lisboa: Verbo, 1989, p. 67.

3.1.1 Laivos de uma Cidade Industrial

Havíamos referido, anteriormente, que Portugal, à data de implantação da república, tinha, ainda, uma indústria, maioritariamente manufatureira, pouco desenvolvida e, porque não dizê-lo, familiar, naquilo que podemos qualificar como artesanal.

Na verdade, com a chegada da república, esse epíteto pouco se altera, manifestando-se, apesar de tudo, uma vontade de dar passos importantes no desenvolvimento de uma indústria de massas, até então, pouco proeminente. Este desejo é igualmente notório na vontade de apetrechar as fábricas já instaladas na cidade e outras que se vão instalando, para lá dos limites da mesma.

É, neste sentido, que alguns setores industriais começam a ganhar novas dimensões e dinâmicas sócio-económicas, permitindo à cidade do Porto uma comunicação mais efetiva com o seu *hinterland*. A expansão das indústrias, conserveira para Matosinhos e têxtil para o Vale do Ave, como refere José Manuel Lopes Cordeiro, são disso exemplo³⁰. No próprio concelho do Porto, «a Companhia União Fabril Portuense, que já dispunha de uma fábrica de cerveja na rua da Piedade, fundou por volta de 1914 uma nova unidade no fundo da rua da Restauração, a Fábrica do Leão»³¹. São estas novas indústrias que exemplificam bem, o desejo de desenvolver a economia, no distrito do Porto.

Segundo Guichard, e, tendo por base os dados de 1911, trabalhavam no sector industrial «47% dos ativos portuenses»³², o que espelha, de forma clara, o crescente fomento da indústria na cidade do Porto, não renegando, ainda, o seu cariz, maioritariamente, artesanal.

Os limites da cidade cresciam, assim como a sua zona de influência, não só impulsionada pela instalação de novas fábricas, mas também, pela deslocação da população, ora para nela se instalarem e viverem, ora para trabalharem³³.

³⁰ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *História do Porto – Desafios à República (cidade inconformada e rebelde)*. Matosinhos: QuidNovi, 2010, p. 61.

³¹ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *História do Porto – Desafios à República (cidade inconformada e rebelde)*. Matosinhos: QuidNovi, 2010, p. 61.

³² GUICHARD, François — *O Porto no Século XX* in RAMOS, Luís António de Oliveira (dir.) — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2001, p. 550.

³³ Ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. *História Diplomática, Social, Económica e Cultural* (Vol. XII). Lisboa: Verbo, 1990, p. 181-182.

Decorrente deste expansionismo urbano, tornava-se necessário alargar a rede de acessibilidade e, neste capítulo, os transportes públicos do Porto vão assumir fulcral importância, nesta época. Pela *Revisão de Itinerários* de 1913³⁴, é possível constatar o novo dinamismo urbano do Porto. Com uma nova e ambiciosa abertura, da Praça da República à Trindade (no que viria a ser designada como Avenida dos Aliados) tornando-a mais ampla e o centro nevrálgico da cidade, de onde partiam a grande maioria das linhas de transporte, num projeto fomentado pelo então vereador, Elísio de Melo, em 1914, «o Porto recebeu uma nova orientação urbana, afastada do eixo ribeirinho»³⁵.

3.1.2 Dinâmicas Comerciais em Contexto de Guerra

A centralização das principais atividades comerciais na zona da Ribeira e Miragaia, o centro económico da cidade por excelência, foi-se relativizando e perdendo influência, à entrada do século XX. Discussão que a República herdou, e que veio acicatar, ainda mais, a perda de influência da zona da ribeira do Porto, centrava-se na utilidade a dar, quer ao porto do Douro, quer ao de Leixões.

Assim, o ano de 1913 havia de ser bastante profícuo nesse âmbito. Se por um lado era defendida a elevação de Leixões a porto comercial, por outro, havia quem temesse a perda de influência da cidade do Porto, com essa mesma deslocação³⁶.

Na verdade, o Porto da zona ribeirinha, como motor da cidade, era uma realidade cada vez menos presente nessa altura e, fazer de Leixões a principal zona comercial da região seria um golpe duro na histórica ligação comercial da cidade do Porto ao seu rio.

Factual era que, em meados da década, a situação de ambos os portos, mostrava ser de indefinição. Os projetos sucediam-se e, mesmo numa altura de grande instabilidade pelo despoletar da Grande Guerra, as obras de melhoramento e alargamento do porto de Leixões avançaram. Com isso, a sua preponderância em relação ao Douro, também se fez emergir, até pela facilidade de manobras que permitia aos navios que aí atracavam.

³⁴ ALVES, Jorge Fernandes; SOUSA, Fernando de — *Os Transportes Colectivos do Porto – perspectiva histórica*. Porto: STCP, 2001, p. 146-147.

³⁵ RODRIGUES, Paulo Simões — *Urbanismo / Arquitetura das Cidades* in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013, p. 1075.

³⁶ Para um melhor e aprofundado enquadramento desta questão, ver: ALVES, Jorge Fernandes; SOUSA, Fernando de — *Leixões – Uma história portuária*. Porto: Associação dos Portos de Douro e Leixões, 2002, p. 133-159.

Pese embora esta mudança de paradigma na estrutura comercial e económica da cidade, o vinho do Porto continuava a ser o seu cartão-de-visita e o principal produto exportado, com predomínio para os mercados anglo-saxónicos.

No entanto, os ecos do eclodir de um conflito à escala mundial, faziam temer pelo futuro das exportações (em concreto de vinho do Porto) para o seu mercado de sempre, o britânico. Como se não bastasse o momento de instabilidade vivido, o vinho do Porto enfrentava outro problema grave: o da falsificação. Não é por isso de estranhar no Tratado de Comércio, entre Portugal e Inglaterra, de agosto de 1914, os alertas portugueses para esse facto³⁷.

³⁷ SEQUEIRA, Carla — *O Alto Douro Entre o Livre-Cambismo e o Protecionismo: a “questão duriense” na economia nacional*. Porto: CITCEM, 2011, p. 291.

Capítulo 4 - Pelo Caminho da Expetativa: 1914-1915

4.1 Problemas de Ontem...Problemas de Sempre

Na ressaca das eleições legislativas de 16 de novembro de 1913³⁸, as quais deram a vitória ao Partido Democrático de Afonso Costa, a entrada em 1914 não deixou de ser volúvel em termos políticos. Unionistas e Evolucionistas, de Brito Camacho e António José de Almeida, respetivamente, questionavam, ainda, a vitória dos Democráticos quando, em janeiro de 1914, Machado Santos organiza uma contra-manifestação, à manifestação de apoio a Afonso Costa, requerendo a demissão deste.

Neste contexto, o então Presidente da República, Manuel de Arriaga viu-se no dever de convocar Bernardino Machado para formar governo (o que viria a acontecer a 9 de fevereiro), para tentar estabilizar politicamente o país.

Se politicamente o país se deparava, como quase sempre, com incertezas, o seu reflexo social não era menor. Essencialmente, graças à expetativa que as classes trabalhadoras colocavam nos novos governos, tendo em vista a resolução dos seus problemas salariais (geralmente baixos), de horário de trabalho e de sustento alimentar.

Nesta linha, importa salientar que as reivindicações operárias, como impulsionadoras de ações de conflito, marcam o primeiro semestre do ano de 1914, na cidade do Porto, predominando os protestos das seguintes classes: pintores; ferroviários e trabalhadores fluviais.

Os pintores encontravam-se numa situação de extrema dificuldade, em busca do trabalho, cada vez mais escasso, chegando a pedir «esmola de porta em porta», como fazia notar *O Comércio do Porto*³⁹.

Relativamente aos ferroviários e aos trabalhadores fluviais, os seus protestos despoletaram prolongadas ações de greve. Se no primeiro caso são escassas as ações de conflito na cidade, assistindo-se, sim, a atos de vandalismo esporádicos em Gaia⁴⁰, no segundo caso, isso ganha um outro tipo de contornos.

A greve dos trabalhadores fluviais havia de marcar a cidade do Porto, durante cerca de um mês. Iniciada em março de 1914, em pleno congresso da União Operária Nacional (UON), a classe reivindicava o trabalho de 8 horas diárias e o fim das horas extraordinárias a que estavam sujeitos.

³⁸ Pelo círculo do Porto, os democráticos de Afonso Costa, conquistaram uma esmagadora vitória.

³⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 13 de janeiro de 1914, p.1.

⁴⁰ Faz referência *O Comércio do Porto* na sua edição de 26 de Fevereiro de 1914, para possíveis boicotes nas linhas na estação das Devesas.

A 30 do mesmo mês, dá-se aquele que seria o momento de maior tensão, entre grevistas e autoridade. Após alguns grevistas tentarem dissuadir outros colegas a trabalhar, a polícia interveio, prendendo-os. No entanto, outros grevistas apoiados por vários populares, e numa atitude corporativa, encararam a autoridade policial com o intuito de permitir a fuga dos detidos. Esta ação desencadeou enorme confusão, da qual resultaram 13 detidos e, pelo menos, 3 feridos⁴¹.

A questão demoraria a ficar resolvida. Em finais de março e inícios de abril, o conflito ganhava mais força, com os barqueiros e caciqueiros, a fazerem «causa comum» com os trabalhadores fluviais⁴².

As ações de conflito iam-se sucedendo e, geralmente, redundavam em agressões após tentativas de dissuasão e/ou de impedimento do normal funcionamento dos serviços de cargas e descargas no cais⁴³.

No que respeita ao controlo do conflito e, excetuando o verificado a 30 de março, como vimos, é possível reter que não houve uma repressão intensa por parte da polícia. Quer a polícia marítima, no rio, quer a GNR, em terra, estabeleciam uma atitude preventiva, que se baseava no reforço dos contingentes nas zonas, possivelmente mais críticas, sobretudo para garantir a liberdade de trabalho aos que pretendiam fazê-lo com normalidade. É já a 20 de abril que a greve tem fim, num protesto que se arrastou por mais de um mês.

Desde cedo, os republicanos quiseram vincar o seu posicionamento, face aos monárquicos, enfraquecendo-os, e às «forças» que sempre os suportaram, estando os católicos incluídos nesse conjunto.

Sustenta Vítor Neto que o poder monárquico utilizava a igreja católica como « [...] instrumento de coesão social.», beneficiando esta «[...] da sua proteção e do seu apoio financeiro [...]»⁴⁴. Daí que, a prontidão de decretos, claramente anticatólicos, lançados em pleno governo provisório, dos quais ressalta a *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, cuja designação, sugere Maria Lúcia de Brito Moura, mais não seria do que, hostilizar a religião católica ao «[...] colocar ao mesmo nível todas as religiões, rebaixando, desse modo, a importância da religião maioritária»⁴⁵.

⁴¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 31 de março de 1914, p. 3.

⁴² *O Comércio do Porto*. Porto, 29 de março de 1914, p. 3 e *O Comércio do Porto*. Porto, 7 de Abril de 1914, p. 3.

⁴³ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de abril de 1914, p. 2

⁴⁴ NETO, Vítor — *A Questão Religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 133.

⁴⁵ MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» Sob a I República – O Impacto da Lei da Separação (Vol. I)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004, 91.

A simbiose entre monárquicos e católicos não acabara assim que a república se viu implantada. As intencionalidades monárquicas que se foram desenvolvendo, algumas das quais daremos conta neste estudo, tiveram, na igreja católica, uma importante base de apoio e de legitimação restauradora, como faz referência David Luna de Carvalho sobre algumas ações monárquicas em 1911 e 1912 em alguns distritos a norte e na beira interior⁴⁶.

Como havíamos mencionado, a cidade do Porto quase sempre se manteve alinhada com o ideário republicano. A laicização do Estado, que a república promoveu, ao longo do tempo, encontra nas gentes do Porto, aliados, geralmente, permanentes. Não terá sido, portanto, ao acaso, que grupos católicos passam a ser visados em manifestações, não raras vezes, violentas, sucedidas, no Porto, no período da I República.

Assim sucedeu na noite de 3 de maio de 1914 quando, um grupo de excursionistas do Grupo de Defesa e Propaganda Católica⁴⁷ foi atacado na estação de São Bento, à sua chegada, após um convívio em Barcelos, com a justificação, avançava *O Comércio do Porto* de, «supostas manifestações monárquicas durante o percurso e com a exibição de bandeiras azuis e brancas [...]»⁴⁸. Este parece ser um ponto-chave no desenvolvimento da ação de conflito levada a cabo por um largo número de populares. A fidelidade política das gentes do Porto permitia, também, uma sustentação dos alicerces republicanos. Um apoio forte, descentralizado da capital, transmitia segurança a uma república ainda recente e ao poder instalado em Lisboa, assegurando uma legitimação mais efetiva.

Mas não só pela estação de São Bento e suas imediações se desenvolveram conflitos. O próprio congresso das juventudes católicas, à rua de Passos Manuel, com sessão de encerramento nesse mesmo dia, teve uma reação hostil por parte dos populares que «à porta da Associação Católica [...] erguia vivas à república e morras à reação e aos *talassas*, dirigindo [...] apóstrofes às pessoas que saíam da associação, principalmente aos sacerdotes.»⁴⁹.

Nos dias seguintes, as manifestações, algumas das quais violentas, para com instituições católicas, sucederam-se um pouco por toda a cidade do Porto, dificultando o controlo por parte da autoridade.

⁴⁶ CARVALHO, David Luna de — *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2011, 247-251.

⁴⁷ Fundado a 30 de Outubro de 1912, surge da necessidade de defesa dos interesses católicos, no período da I República.

⁴⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de maio de 1914, p. 2.

⁴⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de maio de 1914, p. 2.

No dia 4 de Maio, surgem vários populares junto das sedes da Associação Católica e da Juventude Católica, a manifestarem-se. Nesse mesmo dia, a casa dos «escritórios do jornal *A Tarde*, foi apedrejada, ficando com alguns vidros partidos.», e, o então diretor, Ilídio Nunes fora agredido «à bofetada e à cacetada» na rua do Bomjardim⁵⁰. Eram dias difíceis para as instituições católicas que se viam, geralmente, conotadas com os monárquicos, algo sempre sensível na cidade do Porto.

Se numa visão política abrangente, os portuenses se identificavam com o republicanismo, de que forma se coloca no seio da sua ideologia?

Como referido anteriormente, as eleições de finais de 1913, dão uma vitória expressiva aos democráticos de Afonso Costa, pelo círculo do Porto, e no contexto de instabilidade com que o ano de 1914 se iniciara essa tomada de posição das gentes da cidade, ganha força, aquando da visita de António José de Almeida, ao Porto, em meados de julho do mesmo ano.

Não por acaso, refere *O Comércio do Porto*, o então governador civil, Sebastião Peres Rodrigues, «mandara adotar medidas preventivas, por haver constado que elementos de outros partidos promoveriam manifestações de desagrado ao snr. Dr. António José de Almeida»⁵¹. Assim se sucedeu.

Dá conta o mesmo jornal que, ao longo do percurso de António José de Almeida, desde a estação até ao hotel, onde iria instalar-se, vários populares insurgiam-se contra o líder evolucionista. No hotel e imediações, a polícia tomara as devidas providências, mas nem isso evitou que houvesse «algumas cenas de pancadaria», das quais «resultaram alguns ferimentos e prisões»⁵². Os tumultos haviam de continuar durante a noite, com escaramuças e cenas de violência, entre populares e força de segurança e «Só depois da meia-noite conseguiram a polícia e a cavalaria fazer dispersar tudo, tendo havido algumas correrias e prisões, que não foram mantidas»⁵³.

Porém, na madrugada de 12 para 13 de julho, novas cenas se desenvolveram na cidade do Porto. O jornal *A Liberdade* fora atacado por alguns indivíduos que «entraram no escritório da administração, derrubaram as grades metálicas e rede do balcão, espalharam alguns papéis, quebraram todos os vidros das divisórias da typographia e redacção»⁵⁴.

⁵⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de maio de 1914, p. 2.

⁵¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de julho de 1914, p. 2.

⁵² *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de julho de 1914, p. 2.

⁵³ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de julho de 1914, p. 2.

⁵⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de julho de 1914, p. 2.

Na tarde do dia seguinte, era chegada a hora de António José de Almeida partir, de volta, para Lisboa. Por essa ocasião, um novo conflito sucedeu, desta feita na Praça da Liberdade, onde, com a aglomeração de vários populares, à partida do líder evolucionista, a força de cavalaria da Guarda Nacional Republicana viu-se na obrigação de recorrer a «correrias e algumas pranchadas que puseram em fuga os manifestantes.»⁵⁵.

Podemos verificar que não há uma constância conflituosa, neste primeiro semestre de 1914. Existem sim, períodos prolongados com situações de protesto e violência que alteram a ordem pública, como o caso da paralisação dos trabalhadores fluviais, assim como, conflitos momentâneos que produziram agitação social, na cidade do Porto. Exemplo disso foi o caso do ataque às instituições católicas.

4.2 O Mundo a Fechar-se

Escassos dias após o episódio de António José de Almeida no Porto, tinha início a I Guerra Mundial, a 28 de julho de 1914. Como seria de esperar, o acontecimento havia de marcar, de forma indelével, o quotidiano político e social português, assim como alterar as suas dinâmicas.

O anseio de uma tomada de posição, clara, na conflagração mundial, tomou desde cedo conta do panorama político. O, então, Presidente do Ministério, Bernardino Machado, era apologista de uma intervenção portuguesa, ao lado da Inglaterra, sua aliada de séculos que, a 4 de agosto do mesmo ano, declarara guerra à Alemanha.

A participação na Grande Guerra não era, de todo, consensual no seio do quadro político português.

Dentro do próprio governo de Bernardino Machado, como nos refere Filipe Ribeiro de Meneses, havia divisão, «sendo alguns ministros, especialmente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, francamente hostis à entrada de Portugal no conflito»⁵⁶. Numa perspetiva mais ampla, os principais partidos, tomavam as seguintes posições: do lado intervencionista estavam, os democráticos de Costa, com a ambição de «ressurgimento da pátria»⁵⁷, e os evolucionistas de António José de Almeida, numa ótica

⁵⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de julho de 1914, p. 2.

⁵⁶ MENESES, Filipe Ribeiro — *Intervencionistas e anti intervencionistas*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 268.

⁵⁷ GUINOTE, Paulo — *Afonso Costa – O orador parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República, 2014, p. 285.

de defesa colonial⁵⁸; por parte dos anti intervencionistas, os unionistas de Brito Camacho, questionavam a presunção portuguesa em tomar partido da posição inglesa, sem que para tal fossem solicitados⁵⁹.

As classes trabalhadoras e as várias posições sindicalistas, pareciam ser unânimes em considerar a entrada na guerra uma ideia desfavorável aos interesses do país e, concretamente, aos interesses dos trabalhadores.

Ora estes posicionamentos divergentes entre, forças políticas e sindicalistas, terá sido, nas palavras de Joana Dias Pereira «[...] o pretexto que faltava aos governos republicanos para esmagar o movimento sindical»⁶⁰ tendo, a autoridade governativa como bandeira propagandista, a coesão nacional, em que todos deviam de estar concentrados na ajuda ao país, caso se verificasse (como aconteceu) a entrada na guerra⁶¹.

Mas a ideia de uma intervenção portuguesa, ainda numa fase precoce da conflagração europeia, não deixou de criar as suas divisões, como seria natural. Na cidade do Porto, a questão da guerra ganhou, desde cedo, uma dimensão social importante. O histórico Partido Socialista seria dos primeiros a tomar uma posição quanto à participação de Portugal na guerra e, nesse sentido, organiza, logo em agosto, várias manifestações pelo país, de oposição ao conflito. Uma dessas manifestações havia de acontecer, na cidade portuense, a 5 de agosto.

Porém, dias antes, o, então, governador civil, José Lello, «deu instruções para se proibir quaisquer manifestações públicas, sejam de que carácter for»⁶², seguindo a ordem do governo central em suspender as garantias constitucionais, num momento que se antevia problemático. Pese embora esta proibição, numerosas pessoas não deixaram de manifestar-se, na noite desse mesmo dia 5, no largo da Trindade, ainda que a guarda civil tenha posto cobro à situação, da qual não resultou expressão de maior.

A 7 e 8 de agosto, novas manifestações ocorreram um pouco por toda a cidade. Desta feita, as pessoas promoviam ações de simpatia às nações beligerantes de Inglaterra e França, como noticia *O Comércio do Porto* do dia seguinte⁶³. Não havendo ações

⁵⁸ PIRES, Ana Paula — *António José de Almeida: o Tribuno da República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011, p. 143.

⁵⁹ PIRES, Ana Paula; ROLLO, Maria Fernanda — *Manuel de Brito Camacho – Um intelectual republicano no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República, 2015, p. 144.

⁶⁰ PEREIRA, Joana Dias — *Sindicalismo Revolucionário – A História de uma Idéia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p. 79.

⁶¹ De facto e, como será possível constatar, as lutas operárias sofrem um decréscimo, na cidade do Porto, nos dois anos seguintes ao início da Grande Guerra, o que vai ao encontro da ideia de Joana Dias Pereira.

⁶² *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de agosto de 1914, p. 2.

⁶³ *O Comércio do Porto*. Porto, 8 de agosto de 1914, p. 2.

violentas de conflito, o caso não deixou de alarmar as autoridades locais que, «A fim de evitar qualquer desmando que porventura pudesse dar-se [...] junto nos consulados da Bélgica e da Alemanha, permaneceram até alta noite uma força de polícia e quatro praças de cavalaria da guarda republicana»⁶⁴.

Se por um lado, a população parecia tornar-se hostil à nação germânica, o caso sugeria divisões nas opiniões das gentes portuenses, sem que, no entanto, tenha resultado uma significativa mobilização contra ou a favor da guerra. Assim como, nos quadrantes políticos, a opinião pública da cidade estava expectante acerca dos resultados destes primeiros tempos de conflito.

A questão da guerra, na cidade do Porto, assim como no resto do país, assume um cariz mais amplo e porventura, mais preocupante, daí o estado de apreensão generalizado. Essa questão debatia-se com os novos desafios, económicos e sociais, daí decorrentes. Ou seja, de que forma as ondas de choque iriam afetar o país nesta fase inicial do conflito, quando o mundo parecia estar a fechar-se?

A carestia de géneros era, à época, uma realidade já presente em Portugal e as respostas governativas, na resolução do problema, tardavam em fazer-se sentir. Apesar de grande parte da mão-de-obra e desígnios produtivos, nacionais, estarem canalizados para a agricultura, esta não conseguia dar uma resposta às, cada vez mais, pertinentes necessidades da população (sobretudo as classes trabalhadoras, que se encontravam com fome), obrigando o país a recorrer à importação de géneros básicos.

A guerra, porém, leva os mercados exportadores a fecharem-se, recorrendo ao protecionismo que atinge na questão das subsistências, ainda mais, Portugal, um país, vincadamente, dependente do estrangeiro.

Ainda sem o levantamento da proibição, por parte do governo civil, das manifestações públicas, na cidade portuense, uma comissão de representantes das classes trabalhadoras, noticia *O Comércio do Porto*, fez questão de comunicar a sua intenção de «promover uma manifestação»⁶⁵ para protestar contra a carestia de géneros que, há muito se sentia na cidade. No entanto, Brás Mouzinho de Albuquerque, o governador civil do distrito do Porto, preveniu a comissão que «de modo algum podia consentir manifestações públicas»⁶⁶.

⁶⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 9 de agosto de 1914, p. 1.

⁶⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1914, p. 2.

⁶⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1914, p. 2.

Ao início da noite de 18 de Setembro de 1914, na praça da Trindade, a aglomeração de populares vai-se fazendo de forma galopante. No entanto, a força policial que tentava acabar com todo o aparato que se gerava, era, também ela, em grande número.

A marcha devia seguir até à sede do governo civil, à praça da Batalha, onde a comissão de trabalhadores, nomeada para o efeito, pretendia ser ouvida pelo governador civil.

O primeiro momento de tensão dá-se para os lados da rua Mouzinho da Silveira e ruas adjacentes, quando «A massa popular foi aumentando e a despeito das intimações de alguns agentes de polícia [...] não dispersaram [...] até que chegando à entrada da rua S. João apedrejaram alguns estabelecimentos, onde lhes parecia haver depósitos de víveres»⁶⁷. Numa altura em que a luta contra o açambarcamento tomava conta da causa popular, surge, também, a inevitabilidade de se propagarem os conflitos sociais.

À passagem dos populares, a autoridade respondia como podia. Uma vez de forma repressiva, outras, agindo preventivamente, ao reforçar as forças de patrulha e de piquetes, junto aos armazéns de víveres e casas comerciais, suscetíveis de se confrontarem com a ira popular.

Ao dirigir-se para o governo civil, já noite dentro, a comissão que representava os trabalhadores, foi sendo acompanhada por numerosos populares, o que apoquentou as forças da autoridade. Não por acaso, no local, estava uma força de polícia de cerca de duzentos homens, aos quais se juntaram, depois, forças de infantaria e cavalaria, expressamente solicitadas para o efeito.

Como o caso não apaziguasse, nem com a tentativa da comissão de acalmar os populares, «O sr. comissário geral da polícia dá então ordem para que a cavalaria disperse a multidão. Esta começa a evolucionar, fazendo com que a multidão escape por diferentes ruas, dando-se nessa ocasião vários conflitos»⁶⁸.

Os números não deixam dúvidas e haveria de resultar desta ação de conflito, um total de 26 detenções, 19 feridos e 1 morto, naquela que foi a mais grave situação verificada nesse ano de 1914, na cidade do Porto.

Os dias seguintes foram de prevenção, por parte da autoridade, com patrulhas em várias ruas e policiamento nos pontos considerados mais críticos, como era o caso do governo civil, não deixando de haver escaramuças e repressão por parte da polícia, quando necessário.

⁶⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1914, p. 2

⁶⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1914, p. 2.

Noutro âmbito, tentava-se chegar a um consenso entre as forças governativas e representantes dos trabalhadores, no que concerne ao preço dos géneros de primeira necessidade. Escrevia, o, então, presidente da comissão executiva da câmara do Porto, Germano Lopes Martins, ao Presidente do Ministério, «para que o governo fixe, com a maior urgência, limite máximo preço de venda de géneros alimentícios com enérgica fiscalização, de modo a evitar abusos dos comerciantes gananciosos»⁶⁹. Era evidente a preocupação com os açambarcadores e a, subsequente, desregulação dos preços, que afetaria o poder de compra das classes mais pobres, já de si com fraco poder.

O ambiente que se começava a gerar, em território nacional, não deixava antever uma estabilidade política duradoura. Isso mesmo fez-se sentir, em finais de 1914 quando, após pouco menos de um ano no poder, Bernardino Machado apresenta a sua demissão. Ele, que havia sido nomeado por Manuel de Arriaga, com a árdua tarefa de apaziguar politicamente o país, envolto nas constantes lutas entre democráticos, unionistas e evolucionistas, naquele que tinha por objetivo ser «um gabinete de pacificação»⁷⁰. Mas as questões da guerra, da participação ou não de Portugal no conflito, dividiam os partidos republicanos e, isso, refletia-se na estabilidade governativa, ou falta dela.

Manuel de Arriaga havia, então, de proceder a nova nomeação, desta vez, de Azevedo Coutinho, democrático, e que se estabelecera à frente do 8º Ministério, cerca de um mês e meio, boicotado no senado, por unionistas e evolucionistas.

Ora com os partidos a não se conseguirem organizar e consensualizar, seria o exército a insurgir-se contra o emaranhado político. Após «[...] transferências de oficiais por motivos políticos [...]»⁷¹, é já na segunda metade de janeiro de 1915 que tem origem o Movimento das Espadas⁷².

À frente deste movimento estava Pimenta de Castro, general e velha figura credenciada do exército, que acabou, encarregue pelo presidente Manuel de Arriaga, de formar novo governo, o qual viria a chefiar.

⁶⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 20 de setembro de 1914, p. 3.

⁷⁰ SAMARA, Maria Alice — *Bernardino Machado: uma vida de luta*. Lisboa: Assembleia da República, 2012, p. 83.

⁷¹ NAVARRO, Bruno J. — «*Ditadura*» de Pimenta de Castro in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013, p. 1027

⁷² Movimento militar, corporativista, que entendia estar a ser enxovalhado pelo governo democrático e resolve adotar uma tomada de posição firme. Essa atitude não dera outra hipótese que não a demissão do governo de Azevedo Coutinho.

As correntes republicanas unionistas e evolucionistas viam-no, porém, como uma espécie de salvador da honra nacional e homem capaz de encaminhar o país no rumo certo⁷³.

No Porto, o movimento teve uma receção pacífica, por parte das diversas forças. Sem tumultos, as adesões foram-se sucedendo ao longo dos dias seguintes e, embora, como noticiava *O Comércio do Porto*, corresse «[...] com insistência que tem sido distribuído grande quantidade de armamento, sobretudo de espingardas kropatchek ao elemento civil desta cidade.», tal não se veio a verificar⁷⁴.

Esta aparente acalmia, na cidade do Porto, fica abalada quando a 21 de fevereiro, do mesmo ano, o jovem José Francisco da Silva Júnior, de 14 anos, resolve, à partida de Afonso Costa para Lisboa, após visita ao Porto, atentar contra a vida deste, disparando dois tiros contra a carruagem em que iria seguir. O intento do jovem, porém, não foi conseguido, escapando Costa e as demais pessoas, presentes na estação de São Bento, ilesas.

Inquirido sobre se agira sob ordens de outras pessoas e/ou movimentos, José Francisco, «respondeu não ter sido ninguém e que o acto era só da sua responsabilidade»⁷⁵.

Mais adiante, o mesmo jornal transcreve, na íntegra, a entrevista efetuada ao autor dos disparos, da qual ressaltam as palavras de arrependimento à pergunta sobre quem queria atingir: «Foi contra o sr. Dr. Afonso Costa; mas agora estou arrependido do que fiz. Foi devido a uma exaltação de momento; mas não era bem para ele que eu devia atirar. Há outros mais culpados»⁷⁶.

No ar, fica a dúvida sobre as reais intenções de José Francisco, sendo que o jornal, numa descrição dos objetos apreendidos ao mesmo, refere «um cartão de sócio da Juventude Católica do Porto [...] um caderno com alguns apontamentos do Grupo Dramático da Juventude Católica»⁷⁷, o que levou alguns populares a manifestarem-se, no mesmo dia, em frente à sede da Associação Católica.

Relacionando-se a posição de Afonso Costa, perante a Igreja, e os objetos apreendidos ao autor dos disparos, depressa a Juventude Católica procurou aclarar o assunto, de maneira a evitar as represálias inerentes ao acontecimento. As retaliações prometiam não serem simpáticas para com os católicos do Porto, mostrando-se «indignada contra a notícia

⁷³ Ver: NAVARRO, Bruno J. — *Governo de Pimenta de Castro – Um General no Labirinto Político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011, p. 64.

⁷⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 28 de janeiro de 1915, p. 2.

⁷⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de fevereiro de 1915, p. 2.

⁷⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de fevereiro de 1915, p. 2.

⁷⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de fevereiro de 1915, p. 2.

publicada pelo *Mundo*, em que, afrontadamente se insinua que o atentado de anteontem foi deliberado na sede da sua associação.»⁷⁸. Não houve, no entanto, levantamentos de maior, no Porto, mantendo-se a tranquilidade geral.

Os efeitos da ação política, da ditadura de Pimenta de Castro, pareciam revelar uma aproximação às linhas mais conservadoras e católicas do país, inclusive às hostes monárquicas⁷⁹.

Alvo de criticismo, sobretudo por parte dos democráticos, há neste governo militar, uma atitude de prevenção à sua estabilidade, como se verificou em março de 1915 quando, pela cidade do Porto, são postos a circular pasquins, promovendo críticas ao governo, sem efeitos práticos⁸⁰.

Estes factos vão aumentando as tensões políticas entre os democráticos, pela voz de Afonso Costa, e o governo ditatorial, com a aprovação de «uma moção contra a ditadura, através da qual se legitimava a desobediência civil.»⁸¹.

A ala democrata do Partido Republicano, apoiada, ainda, nas patentes mais baixas do exército, reúne suporte para uma insurreição ao governo *Pimentista* e, a 14 de maio de 1915, dá-se o golpe de estado.

De que forma foi vivido este momento na cidade do Porto?

Os democráticos haviam convocado uma «manifestação pública de simpatia às juntas de paróquia»⁸² que iam assumindo uma posição hostil face ao governo de Pimenta de Castro. Perante a convocatória da manifestação, o governador civil do distrito do Porto resolveu proibi-la.

Com o despontar da noite, várias pessoas começam a aglomerar-se na Praça da Liberdade, com a GNR a reforçar o seu contingente, nas proximidades, com forças de cavalaria e infantaria. As manifestações contra a ditadura iam subindo de tom, o que levou as forças de autoridade a dispersarem os manifestantes que, por sua vez, se deslocam para a rua 31 de janeiro. Aí, a GNR viu-se obrigada «a dar uma carga com as espadas desembainhadas, pela rua acima, fazendo fugir os populares»⁸³. O mesmo cenário reproduzia-se noutras locais da cidade, como na rua Sá da Bandeira ou na Praça Almeida Garrett.

⁷⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de fevereiro de 1915, p.2.

⁷⁹ NAVARRO, Bruno J. — *Governo de Pimenta de Castro – Um General no Labirinto Político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011, p. 120-121.

⁸⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de março de 1915, p.2.

⁸¹ SERRA, João B. — *A Evolução Política (1910-1917)* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 118.

⁸² *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de maio de 1915, p.3.

⁸³ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de maio de 1915, p.3.

No largo da Trindade, o cenário assumia-se como mais confuso e violento, fazendo *O Comércio do Porto*, referência, inclusive, à explosão de petardos e bombas artesanais. Acrescenta, ainda, que «alguns populares continuavam a manifestar-se, atirando pedras sobre a força de cavalaria e infantaria.»⁸⁴.

A cidade do Porto vivia momentos de grande tensão e o panorama era, de um certo modo, caótico, em várias zonas. Na praça da Batalha, os confrontos, entre GNR e os manifestantes, tomavam proporções preocupantes com «alguns tiros disparados de vários locais e até das janelas de alguns prédios» por parte dos civis, respondendo as forças de cavalaria e infantaria, com correrias, supondo debandar a população⁸⁵.

A grande preocupação, porém, centrava-se no governo civil e em proteger o edifício, receando uma tentativa de invasão. Foi necessário, então, reforçar a sua zona envolvente, com novas forças de infantaria e praças da Guarda Nacional Republicana, não se chegando a efetivar o que se temia.

O acontecimento mais trágico, ocorrido no dia 13 de maio, teve lugar na rua de Passos Manuel, por onde várias pessoas fugiam. Aí, e após vários disparos, (desconhecendo-se se de ordem militar ou civil), um indivíduo é atingido mortalmente. Deste primeiro dia de tumultos, na cidade do Porto, resultariam, ainda, um total de 18 feridos e 15 detidos. Chegava, assim, o dia 14 de maio de 1915 e o Porto era uma cidade fervilhante. As informações que chegavam, desde Lisboa, não eram objetivas e a população parecia ansiar pela deposição de Pimenta de Castro, ao soltar «vivas à república e brados contra a ditadura»⁸⁶.

Se no dia anterior, havia sido dada ordem para os estabelecimentos comerciais fecharem, por volta das oito horas e meia da noite, no dia seguinte, essa ordem, instaurava o fecho para as sete horas da tarde. Era notório que as autoridades temiam que os acontecimentos ganhassem uma nova força.

Durante o dia, na cidade, a situação manteve-se sem sobressaltos de maior. Por sua vez, à noite, foi levado a cabo um fortalecimento das forças militares em torno do governo civil e principais ruas portuenses.

Os problemas sérios iniciaram-se com um ataque popular ao Centro Monárquico. Os principais alvos de apedrejamento foram o edifício onde se encontrava a sua Sede, bem

⁸⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de maio de 1915, p.3.

⁸⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de maio de 1915, p.3.

⁸⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de maio de 1915, p.3.

como a Sede da Associação Católica. Era o Porto republicano a querer fazer valer a sua força, contra os «inimigos» de sempre.

Um pouco mais tarde, na rua de Santa Catarina, vários populares ergueram barricadas contra as forças de cavalaria da GNR. Os confrontos eram inevitáveis e, escreve *O Comércio do Porto*, que se deu «um vivo tiroteio, dando a força a várias descargas, estabelecendo-se grande confusão»⁸⁷.

Em resultado dos confrontos deste segundo dia de clima de guerra civil, na cidade do Porto, os números foram os seguintes: 2 mortos, 11 feridos e 26 detidos.

A 15 de maio, no Porto, as notícias tardavam em ser concretas, consequência, pois, das falhas nas comunicações telegráficas e telefónicas. Às redações dos jornais, chegava ainda a comunicação de que «o governo da presidência do snr. Pimenta de Castro tem dominada a situação e conserva-se no poder»⁸⁸.

O dia decorreu com conflitos pontuais, os quais foram rapidamente dominados pela GNR. Não obstante, o clima que se fazia sentir era, ainda, de grande intranquilidade.

Talvez por isso, o comandante da 3ª divisão do exército, Joaquim José Ribeiro Júnior, tenha decretado em edital o seguinte:

Que à hora a que nos quartéis se faz o toque de recolher, se fechem as tabernas, cafés e outros estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas.

Provisoriamente, fique suspensa a autorização para espetáculos públicos.

Que se não permitam ajuntamentos nas praças e vias públicas. E quando estes, apesar de intimados, persistam, em desobediência, sejam dispersados, empregando-se a força das armas, se tanto for preciso.

A todos os cidadãos pacíficos aconselha a que depois do escurecer recolham às suas casas, não se demorando na via pública, mais do que o tempo necessário para a elas se dirigir. E espera que todos acatem as presentes determinações e, nos imperiosos interesses da república, contribuam para o restabelecimento do sossego, que tão necessário está sendo.⁸⁹

⁸⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de maio de 1915, p.3.

⁸⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 16 de maio de 1915, p.2.

⁸⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 16 de maio de 1915, p.2.

As certezas acabaram por chegar no dia seguinte. A 16 de maio, o mesmo comandante dava conta às gentes do Porto, da formação de um novo governo, presidido por João Chagas.

Desta forma, os portuenses começaram a aglomerar-se na praça da Liberdade, em frente à Câmara Municipal, e «Em pouco tempo a multidão encheu a praça [...] ouvindo-se repetidos vivas à república, ao governo nacional, ao snr. Dr. Afonso Costa e partido democrático»⁹⁰. O Porto encontrava-se, de novo, unido em torno da causa republicana, e porque não dizê-lo, em torno de Afonso Costa.

A normalidade restaurada permitiu que, nos dias seguintes, a autoridade policial levasse a cabo investigações sobre os autores das mortes dos dias 13 e 14. Vários guardas-civis viram-se detidos, o que originou mesmo a que outros desertassem, por temerem ser alvo de perseguições.

Se a situação política era movediça, também no plano social as coisas não melhoravam. A carestia de vida assumia contornos, cada vez mais, proeminentes, sobretudo no seio das classes operárias.

Assim sendo, a partir do segundo semestre de 1915, as greves começam a ser uma constante na cidade do Porto. Mais tarde, em agosto, quando se contava um ano do início da guerra, a greve dos tipógrafos tem o seu início.

A questão que opunha patronato e trabalhadores tinha, por base, uma aclaração da Lei nº 296 de 22 de janeiro de 1915 que fixava em 10 horas, as jornadas de trabalho diárias, para a generalidade das classes, ou 8 horas nas indústrias consideradas insalubres. No Porto, o patronato olhava para esta lei com relutância. Se por um lado, os operários conseguiam, por parte do Senado, a redução da jornada de trabalho para as 8 horas, os industriais contrapunham com reduções de salários na ordem dos 20%, como nos explica José Barreto⁹¹.

Deste conflito, resultaria uma longa greve, durante o mês de agosto que se alastrou ao resto do país, numa onda solidária por parte da classe dos tipógrafos.

De agosto escasseiam as notícias sobre tal acontecimento, claro está, devido à não impressão dos jornais⁹². São já do mês seguinte que chegam relatos de perseguições, agressões entre colegas de profissão (aos que «furavam» a greve, respondiam os grevistas

⁹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, suplemento de 17 de maio de 1915, p.2.

⁹¹ BARRETO, José — “Os Tipógrafos e o Despontar da Contratação Coletiva em Portugal (II)”. *Análise Social*. Lisboa, 1982 (n.º 70), p. 198-200.

⁹² A principal fonte de estudo para este trabalho, *O Comércio do Porto*, deixa de ser impresso entre os dias 11 e 17 de agosto de 1915, inclusive, voltando a circular a 18 do mesmo mês.

com violência) e atos de vandalismo para com as gráficas, como aconteceu no caso da Figueirinhas & Motta Ribeiro⁹³.

A 6 de Setembro de 1915 e após a comissão de grevistas dialogar com o patronato, o acordo era patenteado na seguinte comunicação dos industriais gráficos que mostravam-se «dispostos, agora que os operários se lhes dirigem em atitude ordeira e correcta, a entrar n'um acordo com ele, resolvem: dividir a meias a diferença de salário estabelecido entre o antigo e o actual horário, estipulando-se o salário-hora»,⁹⁴ no que acabou por ser uma vitória, importante, daquela classe operária.

Embora não seja intuito deste trabalho analisar, de forma detalhada, os assaltos e furtos que se vão desenvolvendo na cidade do Porto, no período em análise, torna-se relevante referir que, essa vaga aumenta, exponencialmente, a partir de setembro de 1915. As dificuldades que a população portuense enfrenta com a crise de subsistências, agudizam-se, tornando frequentes os assaltos a ourivesarias e levando as pessoas a terem atitudes, por vezes, desesperantes e radicais.

Aproximava-se o final de um ano conturbado, quer a nível político, quer social.

O mês de novembro traz consigo uma nova vaga de greves - iniciada pelos operários estucadores e pintores, cujas reivindicações assentavam no estabelecimento das 8 horas de trabalho diárias.

As ações de conflito produzidas, por esta greve, traduziram-se em ataques e ameaças, não só, a operários que pretendiam trabalhar, mas também, a dirigentes da associação de classe dos construtores civis. A título de exemplo, veja-se o caso ocorrido a 30 de novembro, quando «Pelas três horas e meia da madrugada de ontem, explodiu uma bomba [...] á porta de casa do mestre-de-obras, snr. António Pereira de Oliveira, da rua da Natária»⁹⁵, ou o de António Dias da Silva, também ele mestre-de-obras, que se queixou que, na madrugada de 3 para 4 de dezembro «[...] alguns grevistas lhe colocaram à porta de sua casa uma bomba de dinamite, que explodindo estilhaçara numerosos vidros»⁹⁶.

Aparentemente, era pela via intimidatória que os trabalhadores tinham pretensão em resolver o conflito que os opunha aos mestres-de-obras, e isso havia de arrastar-se pelo mês de dezembro.

⁹³ *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de setembro de 1915, p.2.

⁹⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 7 de setembro de 1915, p.2.

⁹⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 1 de dezembro de 1915, p.3.

⁹⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de dezembro de 1915, p.3.

Tendo em vista a resolução do conflito, em reunião do conselho de ministros, o ministro do Interior, Artur de Almeida Ribeiro, informava aos seus pares, ter «recebido uma comissão de operários que lhe pediram para coagir os patrões e mestres de obra a cumprir o horário» de 8 horas de trabalho diárias, reivindicadas. Tal apelo recebeu, por parte do ministro, uma resposta negativa.⁹⁷

Noutro sentido, a associação de classe dos construtores civis envia, também ela, um telegrama ao ministro do Interior a 9 de dezembro, em que faz notar que «receberão de novo todos os seus operários sem nenhuma espécie de represália»⁹⁸.

A resposta por parte dos operários parecia não ir ao encontro das pretensões patronais, tanto que, a atitude hostil, por parte dos trabalhadores, manteve-se inalterável. Nos dias subsequentes, a incitação à greve era constante. Pelas ruas do Porto, são presas várias dezenas de pessoas, entre os dias 14 e 15 de dezembro. Quer a incitação à greve, quer os constantes desacatos à autoridade constituem os motivos, principais, destas detenções.

O problema da ordem pública, sobretudo na cidade portuense, deixava transparecer inquietação nas hostes governativas. Caso disso, é a referência do ministro do Interior, em conselho de ministros, à «falta de força, especialmente de cavalaria, com que lutava o governador civil do Porto», ao que Afonso Costa responde que «o problema do Porto precisava toda a atenção e providências, que o aumento da força da guarda não remediava, embora pudesse reprimir momentaneamente»⁹⁹.

Também em novembro, os operários esmaltadores da fábrica de louças, Minchin Júnior, colocavam-se em greve, com reivindicações pelo horário de 8 horas de trabalho. Mais tarde, já em dezembro, é a vez das costureiras, promoverem uma manifestação pelas ruas da cidade, suportadas por trabalhadores de outras classes que tomavam o seu partido. Como se o caso fosse ganhando proporções de maior relevo, as forças de autoridade trataram de «dispersar as costureiras, as quais levantaram vivas á greve e soltaram morras aos traidores, estabelecendo-se grande confusão e havendo correrias»¹⁰⁰. Desta ação, resultaram 16 pessoas detidas.

⁹⁷ Acta 3ª do Conselho de Ministros de 3 de dezembro de 1915 in MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) — *O Segundo Governo de Afonso Costa: 1915 – 1916. Actas dos conselhos de ministros*. Publicações Europa – América. 1974, p. 26.

⁹⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de dezembro de 1915, p.2.

⁹⁹ Acta 7ª do Conselho de Ministros de 14 de dezembro de 1915 in MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) — *O Segundo Governo de Afonso Costa: 1915 – 1916. Actas dos conselhos de ministros*. Publicações Europa – América. 1974, p. 55-56.

¹⁰⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 3 de dezembro de 1915, p.2.

Os movimentos de protesto, iniciados pelos operários da construção civil, viriam a revelar-se fulcrais numa estrutura sindicalista, ainda débil, mas que, pretendia afirmar-se como uma força viva do operariado. No entanto, essa afirmação revelou-se, quase sempre, limitada pela repressão intensa e constante das forças governativas.

Já em finais do ano, são os ourives, quem se coloca em greve. Deste conflito, faz luz *O Comércio do Porto*, da explosão de «uma bomba no edifício onde os snrs. Monteiro & Filhos têm instalada uma importante oficina de obras de prata»¹⁰¹, num caso que havia de arrastar-se até ao início do ano seguinte, com várias prisões efetuadas.

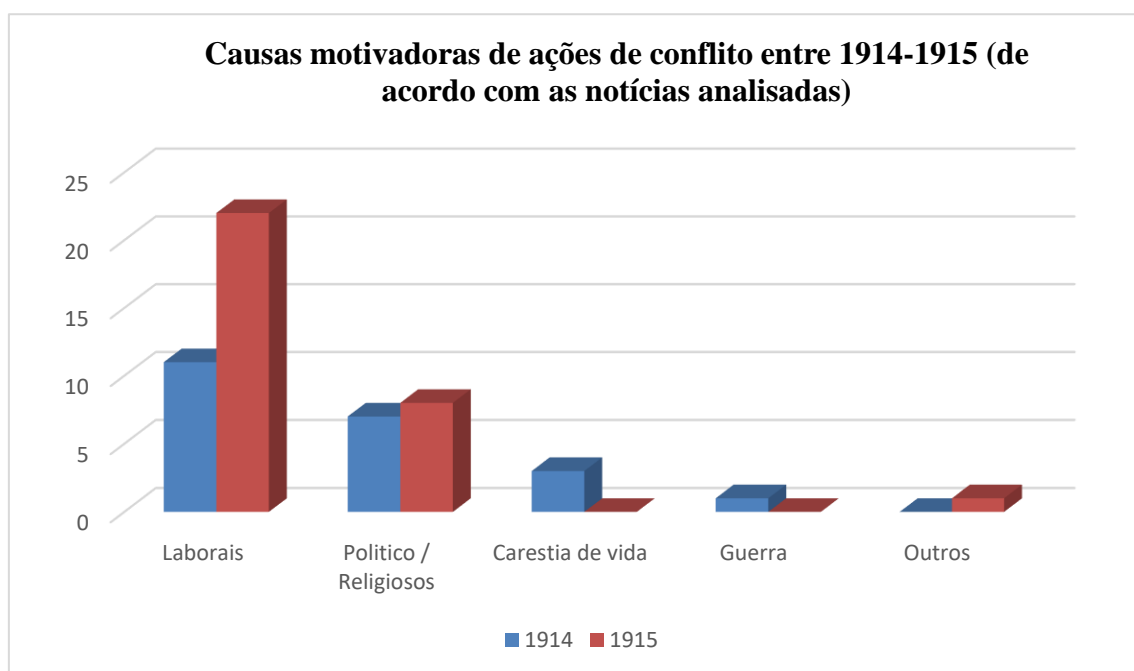
A violência parecia tomar conta da cidade do Porto, em finais de 1915. Nos casos referidos, a noção corporativista, em que a causa da classe é uma causa comum, parece haver pouca tolerância para com os que não alinhasssem, numa luta (julgada) de todos. Daí que, em vários dos conflitos ocorridos, a luta está dentro da própria classe trabalhadora. Não por acaso, amiúde surgem notícias de incitação à greve, de coação para com os trabalhadores e agressões aos mesmos, pelos próprios colegas.

Eram sinais dos tempos em que a população, em particular a trabalhadora, se via a braços com, problemas de subsistências graves, onde o poder governativo tardava em dar resposta e isso refletia-se num estado de espírito mais insatisfatório a cada dia que passava.

Para que melhor consigamos compreender os anos prévios à entrada de Portugal no conflito mundial, bem como as ações de conflitualidade que marcaram a cidade do Porto, em particular, no período de 1914 a 1915, veja-se, abaixo o Gráfico 1.

¹⁰¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 29 de dezembro de 1915, p.2.

Gráfico I



Fonte: *O Comércio do Porto*. Porto, 1914-1915.

Numa análise sucinta, é possível depreender que as questões de ordem laboral duplicaram, de um ano para o outro. Como já referido, anteriormente, a classe operária foi a mais fustigada pelo encarecimento dos preços dos géneros de primeira necessidade e os salários baixos não permitiam acompanhar esse aumento. Desta forma, as suas reivindicações, pela via da greve, tornaram-se mais frequentes e, como tivemos oportunidade de salientar, mais tumultuosas.

Num segundo plano, temos as ações de conflito decorrentes de manifestações de carácter político/religioso. O seu carácter, marcadamente, republicano, nas tomadas de partido contra as causas religiosas e monárquicas, faziam do Porto um importante bastião de um regime, ainda recente. Em 1914, com os ataques ao edifício da Associação Católica, foi possível verificar este cenário, num campo abrangente da luta política. Numa visão mais estreita, há, nos portuenses, um pendor preferencial de apoio a Afonso Costa, patente na vinda de António José de Almeida à cidade, em julho de 1914 e, no ano seguinte, em maio de 1915, aquando da luta contra a ditadura de Pimenta de Castro.

No que toca à carestia de vida, as ações de conflito, daí decorrentes, são ainda parcas nestes anos (não significando, porém, que a população portuense não visse repercutida na sua vida, as dificuldades propaladas por anos agrícolas manifestamente complicados), antevendo-se, com o decorrer da I Guerra Mundial, um crescendo nesse sentido.

Capítulo 5 - As Grandes Dificuldades: 1916-1917

5.1 O Pão que a Guerra “amassou”

O fenómeno foi geral: em França como na Áustria, na Itália ou na Rússia, a subida dos preços devida à escassez atingiu, com dureza, as classes médias. Mais vulneráveis do que as outras categorias da sociedade, as pessoas de rendimentos fixos viram o seu nível de vida desmoronar-se: empregados, funcionários, senhorios, reformados proletarizaram-se rapidamente, grupo a que se juntou a multidão dos publicistas, jornalistas e gente do espetáculo, que o estado de guerra ou a escassez reduziram ao desemprego.¹⁰²

A partir de 1916, o panorama socioeconómico afigurava ser totalmente diferente, não só na cidade do Porto, mas por todo o país. Há muito que se fazia prever a entrada de Portugal no cenário bélico e, é em março desse ano, que a Alemanha declara guerra ao nosso país. Isto acontece após ver confiscados os seus navios que permaneciam em águas nacionais, numa atitude que viria a revelar-se decisiva nas cambiantes económicas e sociais internas, de um país já por si enfraquecido.

Às teorias de defesa das colónias e de aliança à Inglaterra, sobre a entrada de Portugal no cenário de guerra, Nuno Severiano Teixeira, que considera estas duas formulações «[...] incompletas [...]»¹⁰³, acrescenta uma outra que se prende com «[...] consolidação e legitimação nacional do regime»¹⁰⁴, ou seja, a república pretenderia ver-se ratificada, pelo consenso, em torno da questão da guerra e, assim, procurar uma estabilidade política da qual sempre sentiu falta.

No entanto, esta declaração germânica de guerra a Portugal trouxe uma nova realidade estrutural ao âmbito governativo do país.

A 9 de março de 1916, é constituído aquele que ficou conhecido como o governo da *União Sagrada*, assente numa aliança restritiva, entre os democráticos de Afonso Costa e os evolucionistas de António José de Almeida, ficando de fora o partido unionista de Brito Camacho.

No campo económico, a consolidação orçamental (principal desígnio de Afonso Costa, que chega a obter um *superavit*, no ano económico de 1913-14), cai por terra com a entrada do país na frente europeia do conflito. Uma parte significativa desse orçamento

¹⁰² FERRO, Marc — *A Grande Guerra: 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 205-206.

¹⁰³ TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) — *Portugal e a Guerra – História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 59.

¹⁰⁴ TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) — *Portugal e a Guerra – História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 60.

passa a ser canalizada para a formação e manutenção do exército nacional, que viria a ser designado como Corpo Expedicionário Português (CEP) e no qual se incorporaram vários milhares de portugueses, oriundos dos vários pontos do território.

A carestia de alimentos, dos géneros de primeira necessidade é, à entrada do ano 1916, uma realidade bem presente no quotidiano português. Conforme foi possível constatar no capítulo anterior, a classe operária era a primeira a sofrer com a escassez dos recursos essenciais. Aliando a incapacidade dos seus salários em acompanharem a crescente subida dos preços, o tecido urbano, cada vez mais denso em termos populacionais não permitia a satisfação plena daqueles que nele viviam.

Anteriormente, em 1914, havia sido já criada, pelo governo, a Comissão de Subsistências, cujas «funções meramente consultivas e de investigação»¹⁰⁵ não lhe facultaram a importância que se impunha, no controlo de uma crise que ganhava proporções crescentes a nível nacional. Apenas com a passagem para a tutela municipal portuense, em 1916, esta comissão vai desenvolver um papel decisivo em dois âmbitos: o controlo dos preços e o abastecimento dos géneros de primeira necessidade.

No Porto, assim como um pouco por todo o distrito, o início do ano é marcado pelas manifestações contestatárias causadas pela carestia de milho e, consequentemente, pelo seu preço. O pão, essencial para a alimentação das classes mais pobres, registava um aumento exponencial de preço e a população, por sua vez, enfrentava, cada vez mais, dificuldades em adquiri-lo.

Nas freguesias de Paranhos, Ramalde e Aldoar, no início de fevereiro de 1916, a população começa a arrolar o milho em várias casas de lavradores e, no espaço de quatro dias, são detidas mais de 40 pessoas¹⁰⁶. Arrolamentos que passam a ser frequentes, com a população a desconfiar da real escassez desse género.

A 9 de fevereiro, ao largo da Corujeira, na freguesia de Campanhã, reuniam-se mais de 500 pessoas, a fim de protestarem contra a subida do preço do pão. A indignação da população era ainda maior dado que, na freguesia vizinha, de Rio Tinto, o pão estava a ser vendido a 45 réis por kg, «quando é certo que em Campanhã se está vendendo a 60 réis, com a ameaça de que subirá para 70 réis»¹⁰⁷.

¹⁰⁵ PIRES, Ana Paula — *Comissão de Subsistências* in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013, p.768.

¹⁰⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 3 de fevereiro de 1916, p.2 e 8 de fevereiro de 1916, p. 2.

¹⁰⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de fevereiro de 1916, p.2.

Uma comissão, nomeada pela população, dava conhecimento, ao presidente da Junta, Antero de Albuquerque, dos graves problemas de fome que as pessoas estavam a passar. Por seu lado, este aconselhou-os a criar uma vigília «para impedir que da freguesia saísse milho e que uma outra comissão se vá hoje entender [...] com o snr. Governador civil e pedir-lhe a adoção das providências que o caso requer»¹⁰⁸.

No dia seguinte, a 10 de fevereiro, parecia dar resultado o protesto reivindicado pela população de Campanhã. Após a comissão, das gentes desta freguesia, se reunir com o governador civil do distrito, Pereira Osório, este teve, por parte dos manipuladores de pão de Campanhã «a promessa de continuarem a fabricar pão, para vender ao preço de 45 réis o kilo para o público e a 40 réis para os revendedores»¹⁰⁹. Afigurava-se, então, uma importante vitória para uma população que se debatia, gravemente, com dependência de géneros.

Na manhã de 16 de fevereiro, novos tumultos aconteceram, desta vez, no Bairro do Bonfim. A razão havia sido a mesma daquela que se passara uns dias antes em Campanhã, cuja tentativa, por parte dos moradores, era a de impedir a venda de pão de milho para fora da freguesia, por parte dos padeiros¹¹⁰.

Este era o retrato genérico do Porto, em que as freguesias, impulsionadas, de certa forma, pela ira dos seus moradores, se viam na obrigação de adotarem medidas protecionistas: não só para deterem o bem mais precioso à época, o milho, para alimentação dos seus habitantes, como para precaver o levantamento de tumultos no seio populacional.

Esta tentativa de controlo dos danos, não parece ter surtido os efeitos práticos perspetivados. Começam a ser frequentes os relatos de assaltos a carros de milho, que os distribuidores de pão levavam, quer na cidade do Porto, mas sobretudo, nas localidades vizinhas, como, Matosinhos, Maia e Gondomar.

A constante desregulação de preços dos bens de consumo, aliado à forte contestação que se sentia por toda a cidade, leva a câmara municipal do Porto a criar, a 5 de abril de 1916, a Comissão Municipal de Subsistências¹¹¹.

¹⁰⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de fevereiro de 1916, p.2.

¹⁰⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 11 de fevereiro de 1916, p.2.

¹¹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 17 de fevereiro de 1916, p.2.

¹¹¹ Esta Comissão vai ter, além do estudo dos problemas de abastecimentos, o encargo de ficar responsável pelo fabrico de pão, a preços acessíveis, para as classes pobres, por forma a, combater o açambarcamento, a controlar a carestia que se fazia sentir na cidade do Porto e a fome que afetava as ditas classes.

Dessa comissão irão fazer parte 6 vereadores municipais: Manuel José Pereira Leite Júnior, José Cardoso Sampaio Lima, Manuel Pinto de Azevedo, João Pinto Maravilhas Pereira, João Dias da Silva e António Marques Lima Júnior. A principal figura será o seu presidente, Manuel Pinto de Azevedo.

Se no ano transato, como foi possível observar, as reclamações das classes trabalhadoras assentavam em princípios como a redução do horário de trabalho e em salários mais justos, por esta altura, as suas preocupações assumiam novas formas. Em causa estava a sua sobrevivência, multiplicando-se, um pouco por toda a cidade, os casos de fome.

A 17 de setembro do ano de 1916 tem lugar um comício promovido pela Confederação Socialista da Região Norte, que visa a questão das subsistências e o protesto contra a ineficácia do governo, em resolver o assunto. Trata-se de um comício, também ele, de propaganda do próprio Partido Socialista, como refere *O Comércio do Porto*, quando «O snr. Luiz Cândido Pereira apresentou uma moção de protesto ao governo, aconselhando o povo a integrar-se no partido socialista»¹¹².

Na segunda-feira, 18 de setembro, a União Operária Nacional, após resolução tomada em reunião, na qual as classes trabalhadoras se fizeram representar massivamente, decidiu entregar as suas reclamações junto do governo civil do Porto. Esta decisão foi tomada, uma vez que a permissão para um comício no largo do Bonjardim terá sido proibida pela autoridade local.

Após a comissão, nomeada para o efeito, se ter dirigido ao governo civil, o cenário, até então sem tumultos significativos, de uma certa acalmia, mudou de figura. Com o passar do tempo, os manifestantes começam a protestar de forma mais veemente.

Nas ruas Formosa e do Bonjardim são apedrejadas casas de víveres e mercearias. Os estabelecimentos que, aos poucos iam tomando conhecimento do que se passava, começavam a fechar as suas portas. A polícia, por sua vez, carregava de forma violenta sobre os manifestantes, distribuindo «correrias e [...] pranchadas»¹¹³, à medida que ia efetuando várias detenções.

Dá ainda conta, o mesmo jornal, que na avenida Saraiva de Carvalho e na rua da Picaria, o confronto entre populares e a autoridade ganhava contornos, cada vez mais problemáticos, não se coibindo a polícia de responder com «espadeiradas e tiros» ao arremesso de pedras por parte dos civis¹¹⁴.

Se, durante a tarde, o caos se havia instalado, na cidade do Porto, o mesmo havia de continuar durante a noite, desse dia 18, com as principais ruas a serem alvo de manifestações contra a carestia de vida. Por parte da polícia civil e da GNR, efetuara-se o reforço das suas forças nas ruas de Mouzinho da Silveira, de Santa Catarina, praça da

¹¹² *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1916, p.2.

¹¹³ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1916, p.2.

¹¹⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de setembro de 1916, p.2.

Batalha e estação de S. Bento, não evitando, contudo, confrontos violentos com os populares que se aglomeravam.

A calma e o restabelecimento da ordem surgiram, já de madrugada, com a dispersão dos manifestantes e o controlo por parte das forças de autoridade. Desta alteração da ordem, resultou a detenção de 38 pessoas e, dá nota *O Comércio do Porto*, de pelo menos 17 pessoas feridas, entre populares e polícias.

A 11 de novembro, a Comissão Municipal de Subsistências define o preço de 90 réis o kg de pão para consumo. Um aumento de cerca de 20 réis, em nove meses.

Os problemas de fome haviam de continuar no ano seguinte e, com eles, a contestação social na cidade do Porto.

Suportando-nos da análise de Ana Paula Pires sobre evolução do custo de vida, em Portugal, no primeiro semestre de 1917, é possível constatar que, entre os meses de fevereiro e abril, a subida é abrupta, na cidade do Porto, chegando a ultrapassar Lisboa, entre abril e junho¹¹⁵. É, precisamente, isto que se vai refletir numa emergente conflitualidade na cidade, sobretudo, no mês de abril. Ora vejamos.

Logo no primeiro dia desse mês, a padaria municipal (criada pela Comissão Municipal de Subsistências, com o intuito de fabricar pão barato para fornecimento exclusivo às classes trabalhadoras), era alvo de protestos violentos. Dá conta *O Comércio do Porto* que, a dada altura, os empregados da padaria não tinham mais pão para venda, o que foi contestado, prontamente, pelas pessoas que o queriam adquirir, depressa apedrejando o estabelecimento¹¹⁶.

Com o passar dos dias, começa a sentir-se «a falta de pão de 2ª qualidade, barato, destinado especialmente às classes trabalhadoras, pois que às padarias não tem sido fornecida a farinha própria para a manipulação deste pão»¹¹⁷. Aí, as tentativas de assaltos e, efetiva realização dos mesmos, a padarias e vendedoras de pão, tornam-se frequentes um pouco por toda a cidade e, só a 5 de abril, informa *O Comércio do Porto*, chegam junto da polícia quatro queixas de vendedores assaltados, um pouco por toda a cidade¹¹⁸. Por outro lado, os industriais de padaria exigem ao governador civil, Pereiro Osório, uma eficaz intervenção na contenção deste problema. Em consequência dessa reclamação,

¹¹⁵ PIRES, Ana Paula — *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p.248.

¹¹⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 3 de abril de 1917, p.2.

¹¹⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 6 de abril de 1917, p.2.

¹¹⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 6 de abril de 1917, p.2.

Pereira Osório, «prometeu providenciar, mandando polícia para as imediações das padarias»¹¹⁹.

Porém, pese embora a promessa do governo civil em tomar medidas de prevenção ao que se vinha sucedendo na cidade, isso revelou-se impotente, ao que se viria a dar no dia 6 de abril. Por um lado, se o reforço do patrulhamento impediu o assalto às padarias, por outro, não solucionou a mesma questão para os distribuidores de pão. Num desses ataques, deu-se um importante conflito, no largo da Lapa, do qual resultaram várias agressões entre populares, o qual a polícia, auxiliada por militares de infantaria 18, tentou pôr cobro¹²⁰.

São, ainda, várias as referências a assaltos «Em muitos outros pontos da cidade alta [...]», em que os «assaltantes não foram apanhados por não haver perto polícia.»¹²¹. Esta situação demonstra a dimensão e progressão dos conflitos, pelo Porto, assim como uma certa incapacidade governativa em criar condições de segurança à distribuição do pão.

Nesse mesmo dia, seriam detidas 11 pessoas, implicadas diretamente nos assaltos e na instigação à violência contra a autoridade. Desses confrontos, resultariam ainda três pessoas feridas.

O governo civil, após um dia tumultuoso, adotou mais medidas preventivas para o controlo da violência e, nesse sentido, decidiu reforçar a patrulha das ruas com a cavalaria da Guarda Nacional Republicana. Esta ação teve um efeito positivo no controlo dos assaltos, contudo, não totalmente, por ainda se relatarem alguns incidentes, em várias zonas da cidade¹²².

À questão do pão, juntou-se também a problemática do preço das hortaliças. Oriundas, essencialmente, dos arrabaldes da cidade, vários populares cercaram os vendedores, exigindo, por meio de coação, a venda daquele género a metade do preço.

Mas as maiores tensões aconteceram no mercado do Anjo quando, «alguns compradores se revoltaram contra as regateiras, protestando contra o preço das hortaliças» originando agressões entre os envolvidos e inutilização das hortaliças (então deitadas ao chão)¹²³. Este havia sido o cenário a 10 de abril, repetindo-se no dia seguinte. A questão da falta

¹¹⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 6 de abril de 1917, p.2.

¹²⁰ Nesse mesmo dia, *O Comércio do Porto*, relata que, juntamente com os populares, havia soldados que estariam a assaltar os distribuidores de pão. Esta panorâmica, dá-nos a possibilidade de perceber que a questão da fome, não atingia (apenas) as tradicionais classes operárias, mas assumia um cariz transversal à sociedade, como neste caso em que alguns militares de aliam à população. *O Comércio do Porto*. Porto, 7 de abril de 1917, p.2.

¹²¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 7 de abril de 1917, p.2.

¹²² *O Comércio do Porto*. Porto, 8 de abril de 1917, p.2.

¹²³ *O Comércio do Porto*. Porto, 11 de abril de 1917, p.2.

de hortaliças havia de se arrastar por mais algum tempo, com os assaltos que aconteciam, ainda fora dos limites da cidade e, que não permitiam o abastecimento dos mercados.

Já em setembro de 1917, os manipuladores de pão declararam-se em greve, em manifesta solidariedade com outras classes (sobre as quais daremos conta mais à frente neste estudo) e exigindo um aumento salarial. Dado o momento sensível que atingia os portuenses, *O Comércio do Porto*, não escondia a sua insatisfação com a decisão daquela classe sendo, aliás, bastante crítico, como se pode aferir pelas palavras, com que o noticiavam: «A greve dos operários manipuladores de pão de nenhuma forma nos pode ser simpática [...] visto que, além de tentarem paralisar um dos primeiros artigos de consumo da população portuense [...] não justificam sequer o motivo do seu desatinado gesto»¹²⁴.

Face a esta postura dos padeiros, os industriais reagiam como podiam, ao recrutarem novas pessoas para o trabalho e ao solicitarem um reforço policial, junto das suas padarias, a fim de se evitar possíveis ações de conflito.

No espaço de uma semana e, pelo motivo de coação, por tentarem aliciar à greve e recorrendo para isso a atitudes violentas, para com outros colegas, são detidos mais de uma dezena de grevistas.

Era um ano difícil e, em novembro, a Comissão Municipal de Subsistências, pela parte do seu presidente, dava conta ao Ministro do Trabalho, da falta de milho na cidade e no distrito do Porto, queixando-se, através do envio de uma carta: «no distrito do Porto não há abundância daquele cereal suficiente para abastecer esta cidade durante dois meses [...]»¹²⁵.

Curiosamente, poucos dias depois, em dezembro, e face à escassez de géneros (sobretudo batata e pão), a própria padaria municipal, obra principal da Comissão Municipal de Subsistências no combate à carestia de vida, torna-se visada nos protestos das classes proletárias.

Na noite de 3 de dezembro, vários populares tentam assaltar a referida padaria, tentando retirar o pão que nela existia. Apesar de ainda terem quebrado alguns vidros, a pronta ação da GNR, não permitiu que efetivassem o assalto¹²⁶.

Era evidente que o desespero tomara conta de grande parte da população portuense e, mais isso se verifica quando, no seguimento da falhada tentativa de assalto, os populares

¹²⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de setembro de 1917, p.2.

¹²⁵ *Arquivo Histórico Municipal do Porto* — Copiador de Cartas da Comissão Municipal de Subsistências. Porto, 22 de novembro de 1917, ofício 482.

¹²⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 4 de dezembro de 1917, p.1.

decidem atacar a residência de Manuel Pinto de Azevedo¹²⁷ «apedrejando e quebrando todos os vidros das janelas, causando ainda outros prejuízos materiais importantes», como destaca o periódico¹²⁸.

Até ao final do ano, vários estabelecimentos que comercializavam géneros alimentícios, foram assaltados na cidade do Porto, efetivando-se várias dezenas de detenções ao longo do mês, já após o golpe de estado sidonista, realizado a 8 de dezembro e sobre o qual nos debruçaremos mais adiante neste estudo.

5.2 Para Além da Escassez de Géneros

O capítulo anterior procurou estabelecer a sua análise na evolução da problemática dos abastecimentos no Porto, e como isso influiu nos portuenses ações de conflito mais pronunciadas, nos anos de 1916 e 1917. Importa referir que, não apenas derivado às questões de subsistências, se produziram tumultos importantes na cidade do Porto nesse período.

Se, quase na sua totalidade, o ano de 1916 fica marcado pelos conflitos à volta da carestia de vida é, curiosamente, de uma ação que não augurava problemas de maior, que se dá aquele que foi o conflito mais violento, nesse mesmo ano.

Ora, o caso dá-se após a detenção de um soldado de infantaria, por um guarda civil, próximo do mercado Ferreira Borges. Numa atitude corporativista, alguns soldados, juntamente com vários populares, tentam invadir a esquadra onde havia sido preso o seu colega, com o intuito de o libertar. Esta ação desencadeou confrontos com a polícia, junto do referido mercado, mas também, «em vários pontos da cidade se deram pequenos incidentes com alguns polícias, em que tomaram parte soldados e populares» que, haveriam de se prolongar durante esse dia e noite, um pouco por toda a cidade¹²⁹.

No dia seguinte, 9 de outubro de 1916, os conflitos prosseguiram, com os populares a hostilizarem a polícia, em várias esquadras da cidade, que respondeu de forma, também agressiva, aos protestos, relatando, *O Comércio do Porto*, tiros e espadeiradas por parte da polícia¹³⁰.

¹²⁷ Presidente da Comissão Municipal de Subsistências e industrial portuense. Teve papel relevante na luta contra a carestia de vida, na cidade do Porto, entre 1916 e 1918, pelo impulsionamento que, juntamente com os seus pares da comissão, deu ao fornecimento de pão barato para as classes operárias que sofriam com a escassez de géneros na cidade.

¹²⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 4 de dezembro de 1917, p.1.

¹²⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de outubro de 1916, p.2.

¹³⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de outubro de 1916, p.2.

Desta refrega, com duração de dois dias, resultaram mais de quarenta pessoas feridas e dois mortos, além de terem sido detidas mais de uma centena de pessoas, às quais se foram juntando outras, nos dias que se seguiram a estes acontecimentos.

Era, nesta altura, uma cidade do Porto propensa à fúria dos seus habitantes, que acarretavam os problemas oriundos de uma crise de subsistências grave, aliada à entrada do país na guerra. Procuravam, pois, possivelmente, libertar as agruras de uma fase depressiva, no que considerariam uma justiça popular.

Dois meses volvidos, no âmbito político, tem lugar a Revolta de Tomar, a 13 de dezembro, com a tentativa de golpe de estado por parte de Machado dos Santos, opositor à mobilização das tropas portuguesas para a frente europeia de guerra.

Desta ação, não haveria de resultar sucesso algum, visto ter sido prontamente reprimida. No Porto, as repercussões do movimento *Machadista*, não tiveram um impacto social significativo, uma vez que não resultaram quaisquer alterações da ordem pública, durante esse período. No entanto e, segundo nos expõe *O Comércio do Porto*, algumas personalidades de relevo, na cidade, foram detidas, pela suspeita de ligações com o movimento. Exemplos disso são os casos de: Francisco Xavier Esteves (antigo presidente da câmara municipal); Domingos Agrebom (antigo vereador da câmara); Roberto Alves Mendes de Carvalho (1º oficial da Santa Casa da Misericórdia) entre outros.

Conforme, oportunamente, pudemos atentar no capítulo anterior, o primeiro semestre do ano de 1917 fica, indubitavelmente, marcado pelos assaltos que se vão verificando na cidade do Porto, quando o operariado mais reclamava pela escassez de géneros.

Se nessa mesma fase, a conflitualidade decorrente de ações de greve é escassa, no segundo semestre do ano, essa configuração parece mudar.

É já em pleno terceiro governo de Afonso Costa que, no início de setembro de 1917, abate-se sobre a cidade portuense, uma importante greve dos trabalhadores dos telégrafos e telefones da cidade. Consequência, pois, do que havia sido decretado a nível nacional, ao que *O Comércio do Porto* adjetivara de «desastrada aventura» numa clara postura crítica perante os trabalhadores grevistas¹³¹. Embora desta ação não tenham resultado alterações violentas da ordem pública, a autoridade levou a cabo uma série de detenções de grevistas e delegados das comissões de greve, chegando a ultrapassar as oito dezenas de presos, só na cidade do Porto e, muitas outras centenas, pelo resto do país.

¹³¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 7 de setembro de 1917, p.2.

Porém, nos dias posteriores, várias foram as classes que se colocaram em greve (entre as quais os padeiros, como observámos no capítulo anterior) «de acordo com a proclamação da União Operária e de solidariedade com o movimento dos empregados telégrafo-postais»¹³². Joana Dias Pereira observa, oportunamente, em relação a este *boom* grevista de 1917 que, a luta proletária se torna, também ela, uma «luta de todos os consumidores»¹³³ revelando a transversalidade social que os problemas de subsistências assumem no país.

É do conhecimento geral que os míseros salários praticados, não faziam face ao encarecimento dos géneros, o que, por sua vez, não solucionava o principal problema: a alimentação de uma família operária comum.

Esta era a questão de sempre. A luta de sempre passava, pelas greves, mais ou menos, violentas em alguns dos casos. Urgia a necessidade de os interesses dos trabalhadores serem amplamente protegidos. No entanto, os mesmos sentiram, apoiados por uma UON mais organizada, que apenas seriam escutados e teriam peso reivindicativo se, a causa fosse uma causa de todos.

Chegávamos ao último mês de um ano conturbado, do ponto de vista social, como foi possível verificar. O mês de dezembro havia de culminar com um novo golpe de estado, encabeçado por Sidónio Pais¹³⁴, com início na madrugada do dia 5.

Até então, com um nome que passara algo despercebido, nos meandros políticos, Sidónio Pais, apoiado por «um conjunto extremamente heterogéneo de forças», como destaca António José Telo¹³⁵, contava também com o descrédito generalizado, da população portuguesa, nos democráticos, na sua principal figura, Afonso Costa, e no facto de a participação portuguesa na Grande Guerra sofrer, à medida que as perdas se sucediam, uma forte contestação da própria opinião pública.

Em Lisboa, o golpe, havia de resultar em vários confrontos violentos, entre *sidonistas* e forças fiéis ao governo, compostos na sua maioria por elementos da marinha.

O povo aproveitava a confusão instalada, na capital lisboeta, para proceder a «assaltos aos estabelecimentos, abrangendo não só os de víveres, mas ainda d'outros ramos de

¹³² *O Comércio do Porto*. Porto, 13 de setembro de 1917, p.1.

¹³³ PEREIRA, Joana Dias — *Sindicalismo Revolucionário – A História de uma Idéia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p. 110.

¹³⁴ No início da república, chegou a desempenhar os cargos de ministro do Fomento e das Finanças, em dois governos distintos, entre 1911 e 1912. De 1912 a 1916 foi embaixador português em Berlim, até à declaração de guerra germânica a Portugal.

¹³⁵ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 134.

comércio»¹³⁶. Ao fim de três dias de intensos combates e do ambiente de guerra civil que se instalara, *A Capital* dava conta de um número de mortos a ultrapassar a centena e os feridos a ascenderem a mais de quinhentos¹³⁷. É, portanto, facilmente perceptível a intensidade e violência dos confrontos na principal cidade do país.

Importa, deste modo, perceber de que forma, na cidade do Porto, se ia vivendo o desenrolar dos acontecimentos em Lisboa.

No Porto, o clima era tenso. Poucos dias antes do golpe sidonista, a cidade presenciava os assaltos à padaria da câmara e os violentos protestos da sua população, relativos à carestia de vida¹³⁸.

Desde logo, no dia 6 de dezembro, o então governador militar da cidade do Porto, general Costa Ilharco, dirigia-se à população da seguinte forma, em edital posto a circular: «Aconselho a toda a população da cidade a maior calma, desprezando boatos tendenciosos e atoardas alarmantes, a bem da tranquilidade tão necessária na hora presente»¹³⁹, numa tentativa de apaziguar a efervescência dominante e que poderia resultar em tumultos de maior escala.

A violência que se manifestou em Lisboa, nunca chegou, de facto, à cidade do Porto e a ordem pública da cidade nunca esteve ameaçada pelo golpe que Sidónio Pais havia realizado.

No entanto, é no Porto que a 8 de dezembro, são efetuadas várias detenções de algumas figuras importantes, no âmbito do golpe. Afonso Costa, que chefiava o seu terceiro governo em sete anos de república, refugiava-se na cidade desde o dia 7, visando também, medir o pulso, naquela que era um importante bastião republicano. Estava instalado no Grande Hotel do Porto e, foi aí, que, após «uma minuciosa busca em algumas dependências do hotel», foi detido já na noite do dia 8 de dezembro, juntamente com alguns dos seus correligionários¹⁴⁰.

No dia seguinte, no qual a Junta Revolucionária¹⁴¹ faz a sua primeira proclamação triunfante (em que, entre demais reivindicações, refere ser a verdadeira e única representante da república portuguesa, em detrimento dos que até então apenas a tinham

¹³⁶ *A Capital*. Lisboa, 8 de dezembro de 1917, p. 1.

¹³⁷ *A Capital*. Lisboa, 9 de dezembro de 1917, p. 1.

¹³⁸ Ver capítulo anterior.

¹³⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 7 de dezembro de 1917, p.1.

¹⁴⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 9 de dezembro de 1917, p.1.

¹⁴¹ Esta Junta criada durante o golpe de estado para, provisoriamente, se encarregar dos destinos do país, contou com a participação de Machado dos Santos que havia tentado a sua sorte um ano antes, numa tentativa de golpe falhada.

«miseravelmente atraído») ¹⁴², seria a vez do comissário geral da polícia, Caldeira Scevola, ser detido.

Chegava, assim, ao fim mais um governo de Afonso Costa e o período que ficava conhecido como «República Velha», e iniciara-se o da «República Nova», com Sidónio Pais, a 11 do mês de dezembro.

¹⁴² *A Capital*. Lisboa, 9 de dezembro de 1917, p. 1.

Capítulo 6 - Do Sidonismo ao Pós-Guerra: 1918-1919

6.1 Relações com o Operariado Portuense

A figura de Sidónio Pais ascendeu ao poder com apoios transversais da sociedade portuguesa. Alicerçado nos movimentos civis espontâneos (nos quais se integrava uma boa parte do operariado, que se encontrava ultimamente vergado, pela repressão *afonsista*), durante a insurreição, o novo governo de Sidónio, sentiu a necessidade de reaproximar o povo português, para dinamizar um país estagnado social e economicamente.

Numa feliz caracterização, João Medina refere que os portugueses passam a ver em Sidónio Pais, o «novo Messias nacional»,¹⁴³ até porque as primeiras medidas do seu governo, logo em dezembro de 1917, revelavam uma inteligente forma de chamar a si, não só o apoio do povo operário, mas também, de importantes quadrantes da vida pública, como a Igreja, à procura de homogeneizar a sociedade portuguesa¹⁴⁴.

Por outro lado, há a necessidade, nestes primeiros tempos, de inviabilizar qualquer possível ato contrarrevolucionário que pusesse em causa o novo governo. Daí que, na cidade do Porto, logo nos inícios de 1918, se tenha produzido uma purga de elementos considerados hostis ao governo e identificados como apoiantes de Afonso Costa, como o então presidente da câmara municipal, Eduardo Santos Silva¹⁴⁵.

A historiografia diz-nos que a reformulação político-partidária pretendida por Sidónio, visava a constituição «de um partido único»¹⁴⁶, capaz de agregar as possíveis dissonâncias idealistas, existentes desde sempre no seio do PRP, e que ficaria conhecido como o partido «Sidonista». Além disso, o poder executivo estaria a cargo de um sistema presidencialista, em que Sidónio seria o principal senhor, assente no decreto nº 3977, desse mesmo ano, retirando, desta forma, margem de manobra ao parlamento¹⁴⁷.

Mas, ainda antes das eleições de abril de 1918 (nas quais Sidónio, saiu claramente vencedor), o estado de graça com o operariado, alterava-se face aos contínuos problemas de subsistências.

¹⁴³ MEDINA, João — *O “Presidente-Rei” – Sidónio Pais*. Lisboa: Horizonte, 2007, p. 27.

¹⁴⁴ SERRA, João B. — *A Evolução Política (1910-1917)* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 125.

¹⁴⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 9 de janeiro de 1918, p.1.

¹⁴⁶ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 152.

¹⁴⁷ MEDINA, João — *O “Presidente-Rei” – Sidónio Pais*. Lisboa: Horizonte, 2007, p. 75.

Logo no mês de janeiro, sucedem-se as greves, um pouco por todo o país. A estes tumultos, o ministro do Interior, Machado dos Santos, procura responder através de uma via dialogante, com sucesso relativo¹⁴⁸. Às palavras, ia faltando a força necessária para acalmar um povo, sem reservas de paciência e, depois de ter conquistado a «rua», Sidónio parecia não conseguir mantê-la, como aliada, por muito mais tempo.

A 25 de janeiro, uma possível greve dos ferroviários é prontamente reprimida, no Porto, onde foram detidos «na Associação de Classe dos Ferroviários [...] quatro indigitados membros do comité promotor do movimento»¹⁴⁹.

Nas semanas e meses seguintes, há uma sucessão de greves, importante na cidade do Porto. Para citar apenas algumas dessas greves: em finais de fevereiro é a vez dos calceteiros e os varredores da câmara¹⁵⁰; em meados de março, os funcionários da fábrica de tecidos de Manoel Ribeiro Silva (em número que ascenderia a 300)¹⁵¹; em abril havia de ser a vez dos barbeiros¹⁵².

A reivindicação principal era, a melhoria salarial que, por sua vez, não acompanhava a subida dos preços dos géneros. Nestes casos não há, contudo, relatos de repressão violenta, por parte da autoridade, nem atos tumultuosos por parte dos grevistas, ao contrário do que se passava em Lisboa, onde a atitude ativa de Sidónio perante a UON punha fim ao que, nas palavras de António José Telo, seria o período de «lua-de-mel entre proletariado e o sidonismo»¹⁵³.

Após as eleições de 28 de abril, o caminho para o presidencialismo sidonista via, assim, cumprida mais uma etapa e a sua legitimação estava consumada em pleno.

Há, no entanto, uma contestação crescente à inércia política, incapaz de satisfazer as melhorias salariais de um operariado, sistematicamente sacrificado pela carestia de géneros.

No mês de maio, tem lugar, na cidade do Porto, uma importante e duradoura greve do pessoal da Companhia Carris (haveriam de declarar, novamente, greve no final do mês seguinte) que, à luz das palavras redigidas pel'*O Comércio do Porto* era uma «greve antipática e reprovada pela opinião pública». Embora não violenta, vários grevistas

¹⁴⁸ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 162.

¹⁴⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 26 de janeiro de 1918, p.2.

¹⁵⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 2 de março de 1918, p.2.

¹⁵¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 19 de março de 1918, p.1.

¹⁵² *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de abril de 1918, p.1.

¹⁵³ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 163-165.

havia de ser presos e o governo civil socorria-se dos militares para não parar os transportes públicos na cidade, ficando os mesmos encarregues da sua condução.

A administração da Companhia Carris, ao ver demorado o acordo com os trabalhadores, parecia não ter contemplanções com os grevistas, deixando-lhes um sério aviso, ao convidar «o pessoal a retomar o serviço até hoje, ao meio dia, considerando despedido do serviço todo aquele que não comparecer»¹⁵⁴. Transparecia, desta forma, falta de força reivindicativa por parte dos sindicatos que não mereciam, já, a mesma atenção governamental, daquela que haviam tido no início do sidonismo.

As ações grevistas continuariam nos meses seguintes, com especial incidência para junho e julho. Nesse período, as classes dos ferroviários (por duas vezes), alfaiates, trabalhadores fluviais, entre outras, evocaram o direito à greve, na maioria dos casos, para reivindicar melhorias salariais.

No caso dos alfaiates, as atitudes violentas dos grevistas passavam pelo apedrejamento de estabelecimentos, onde se encontravam colegas seus a exercer, normalmente, a sua atividade, pretendendo, com isso, a coesão da classe, em torno da causa que reclamavam¹⁵⁵.

Já nos finais de julho, a nova greve dos ferroviários, que se iniciara no sul, deixava em alvoroço as páginas dos jornais.

A crítica generalizada às atitudes repentinas, sem aviso prévio, desta classe operária, que colocava em causa as comunicações e transações comerciais, não só a norte do país, como pelo resto do território, era, novamente, contestada nas páginas d'*O Comércio do Porto*, que qualificava a greve como uma «perturbação quase criminosa» que, mais uma vez, «foi recebida por toda a cidade com a maior antipatia»¹⁵⁶.

Um dia antes de ser decretada a greve do pessoal dos caminhos-de-ferro do Minho e Douro, prontamente, uma força da GNR tomou posições na estação de Campanhã e nas próprias locomotivas, para evitar qualquer tipo de tumulto, assim como, para se inteirar que o trabalho seria executado e os comboios saíam, com toda a normalidade. Toda esta situação «levantou grande celeuma [...]» no seio dos maquinistas que não pretendiam ver o seu trabalho condicionado pela hostilidade com que a autoridade reprimia o direito à greve¹⁵⁷.

¹⁵⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de maio de 1918, p.1.

¹⁵⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 16 de junho de 1918, p.1 e 19 de junho de 1918, p.1.

¹⁵⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de julho de 1918, p.1.

¹⁵⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de julho de 1918, p.1.

Sem manifestações de violência, acabariam, no entanto, presos, mais de duas dezenas de grevistas, por não obedecerem a ordens da autoridade, presente em Campanhã.

Quadro I

Tumultos violentos, assaltos e greves contra a carestia de vida, entre 1917 e 1918, na cidade do Porto

Data da notícia	Motivo	Detenções	Feridos
3 de abril de 1917	Apedrejamento da padaria municipal	n/r	n/r
4 de abril de 1917	Assaltos a vendedores de pão	n/r	n/r
6 de abril de 1917	Assaltos a padaria e vendedores de pão	2	1
7 de abril de 1917	Assaltos e agressões a vendedoras de pão	11	3
8 de abril de 1917	Assaltos a vendedoras de pão	6	n/r
11 de abril de 1917	Tumultos nos mercados contra os preços das hortaliças	n/r	n/r
12 de abril de 1917	Tumultos nos mercados contra os preços das hortaliças	n/r	n/r
7 e 8 de setembro de 1917	Greve dos correios e telégrafos	86	n/r
12 de setembro de 1917	Greve de várias classes	3	n/r
13 de setembro de 1917	Greves e assaltos a vendedoras de pão	n/r	n/r
15 de setembro de 1917	Greve dos padeiros e assaltos a vendedoras de pão	8	n/r
21 de setembro de 1917	Greve dos padeiros e assaltos a vendedoras de pão	7	1
4 de dezembro de 1917	Assalto à padaria municipal e apedrejamento da casa de Manoel Pinto de Azevedo	n/r	n/r
12 de dezembro de 1917	Assaltos a estabelecimentos e armazéns de géneros	n/r	n/r
27 de janeiro de 1918	Possível greve dos ferroviários	7	n/r
10 de fevereiro de 1918	Assaltos por escassez de petróleo	n/r	n/r
2 de março de 1918	Greve dos calceteiros e varredores municipais	12	n/r
19 de março de 1918	Greve dos operários tecelões	n/r	n/r
10 de abril de 1918	Greve dos barbeiros	n/r	n/r
25 de abril de 1918	Assalto a 300 Kg de broa de milho	1	1 morto
26 de abril de 1918	Assaltos a vendedoras de pão	n/r	n/r

27 de abril de 1918	Assaltos a vendedoras de pão	3	2
29 de abril de 1918	Assaltos a vendedoras de pão	6	n/r
2 de maio de 1918	Assaltos a vendedoras de pão	5	n/r
23 de maio de 1918	Greve dos trabalhadores da Companhia Carris	n/r	n/r
5 de junho de 1918	Greve dos Ferroviários	n/r	n/r
11 de junho de 1918	Greve dos ferroviários e assaltos a armazéns de géneros	n/r	n/r
16 de junho de 1918	Greve dos alfaiates	2	n/r
29 de junho de 1918	Greve dos trabalhadores da Companhia Carris	n/r	n/r
16 de julho de 1918	Greve dos trabalhadores fluviais	10	n/r
19 de julho de 1918	Greve dos operários de fábrica de louça de Massarelos	n/r	n/r
23 de julho de 1918	Greve dos ferroviários	25	n/r
4 de setembro de 1918	Assalto a carro de batatas	2	n/r
11 de outubro de 1918	Assalto a vendedora de pão	7	n/r

Fonte: *O Comércio do Porto*. Porto, 1917-1918.

Se nas primeiras semanas de governação, Sidónio Pais geriu a relação com o operariado de uma forma diplomática (colocando de parte o carácter repressivo que se vinha arrastando no governo de Afonso Costa e tirando partido das classes proletárias o terem apoiado, aquando do seu golpe de dezembro de 1917, perspetivando, as tão ansiadas, mudanças no cariz socioeconómico nacional), após o momento de graça, o caminho havia de se tornar tortuoso, para os sindicatos, e consequentemente, para os trabalhadores, com a repressão a tornar-se mais intimidatória e violenta.

Como podemos verificar, através da análise ao Quadro I, as lutas contra a carestia de vida, na cidade do Porto, agudizam-se entre 1917 e 1918, com particular enfoque nas greves que proliferam nesse período, mas também pelos constantes assaltos na busca do alimento primordial das classes trabalhadoras, o pão.

O *agitar das águas* que se verifica, ainda no primeiro semestre de 1918, promovido pelos sindicalistas anárquicos que compunham a União Operária Nacional, com greves constantes, mas infrutíferas na maior parte dos casos, por todo o país, deixava antever uma ação de dimensões respeitáveis, para o que, até então, se havia organizado em

Portugal. Nas palavras de António José Telo, perspectivava-se, então, como uma «radical mudança de tática»¹⁵⁸.

Encorajados pela revolução soviética, em outubro do ano anterior, as posições anarquistas faziam-se prevalecer no seio do proletariado, tal como defendem Pacheco Pereira¹⁵⁹ e António José Telo¹⁶⁰, não deixando de ser «[...] um horizonte a alcançar, mesmo que mais teórico do que prático», como afirma Maria Alice Samara¹⁶¹.

Embora as condições se julgassem, maioritariamente, favoráveis à execução de uma grande greve geral, a verdade é que parecia não haver convergência entre as correntes revolucionárias, a sul, e reformistas, a norte, no que concerne às motivações ideológicas da mesma. Os primeiros evocavam uma revolução social (semelhante à russa) e os segundos pretendiam primar pelo carácter legislativo e dialogante, com as classes políticas e governativas¹⁶². Assim, a inexistência de uma posição ideológica transversal e forte, nos sindicatos, premeditava que a greve geral de novembro fosse um fracasso para a posição da União Operária Nacional.

Mas o protesto iria mesmo avançar, estipulando-se para o efeito o dia 18 de novembro. Possivelmente condicionado pelo surto pneumónico que pairava nas classes proletárias e pelo armistício que, a 11 desse mês, colocava um ponto final na I Guerra Mundial (com isso, segundo José Telo, «Espalha-se a ideia de que o fim da guerra traria automaticamente [...] o fim da carestia, o aumento dos salários, o fim da crise [...]»¹⁶³). A greve avançava mas, se a sul a adesão foi significativa, dando-se em Lisboa as ações de conflito mais graves, com uma repressão violenta por parte da polícia, a norte o mesmo não se pode dizer. Alguns autores apontam a culpa ao carácter reformista dos sindicalistas nortenhos, bem como a não tomada de uma posição mais radical, para o seu fracasso¹⁶⁴.

¹⁵⁸ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 198.

¹⁵⁹ PEREIRA, José Pacheco — *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve geral de 1918*. Porto: Nova Crítica, 2ª edição, 1976, p. 41.

¹⁶⁰ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 199.

¹⁶¹ SAMARA, Maria Alice — *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 134-135.

¹⁶² PEREIRA, José Pacheco — *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve geral de 1918*. Porto: Nova Crítica, 2ª edição, 1976, p. 42.

¹⁶³ TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 210.

¹⁶⁴ PEREIRA, José Pacheco — *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve geral de 1918*. Porto: Nova Crítica, 2ª edição, 1976, p. 43.

TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato, 1977, p. 211.

A censura, imposta pelo governo sidonista, não permite que a greve ganhe ênfase nos periódicos. Exemplo disso é o facto d’*O Comércio do Porto* não noticiar, sequer, qualquer movimento grevista na cidade do Porto, no período referido.

6.1.1 O Tormento dos Comerciantes

No capítulo anterior pretendeu-se analisar a forma como o *sidonismo* lidou com o operariado portuense. Notamos, deste modo, que essa relação passou de, um pequeno período de cordialidade e, porque não dizê-lo, de lealdade institucional, para largos meses de repressão e opressão governativa para com a contestação operária que, progressivamente, foi aumentando.

Cedo se percebeu que os desejos de uma mudança no panorama económico e social, não iriam satisfazer aqueles que projetavam, na figura de Sidónio Pais, a esperança na luta contra a carestia de vida, na guerra interna em que, há muito, o país se via envolvido. Os trabalhadores da cidade do Porto, não viram melhoradas as suas condições e a carestia de géneros pronunciava-se, continuamente, assim como, os conflitos e tumultos que daí advinham.

Ainda no inverno de 1918 fez-se sentir, na cidade do Porto, a escassez de petróleo, essencial para o aquecimento das casas, acabando por despoletar assaltos violentos e outras tantas tentativas falhadas, a estabelecimentos que o comercializavam ¹⁶⁵.

No entanto, era a alimentação das classes pobres que mais atemorizava a cidade. Desde 1916 que os assaltos, na sua grande maioria a vendedoras de pão e padarias, constituíam a principal fonte de conflitualidade e, consequentemente, instabilidade social no Porto, com relatos constantes desses casos, nas páginas dos jornais.

É no final do mês de abril, nesse ano de 1918, que se observa uma maior constância de assaltos nas ruas do Porto. Na tarde do dia 24, o que começou com um assalto a uma carroça que transportava 300 kg de broa de milho (chegada à estação de São Bento oriunda do Marco de Canavezes), prontamente fustigado pela cavalaria da GNR, havia de resultar numa intranquilidade generalizada pela cidade, com o ajuntamento de vários populares. Isto conduziu, pois, a «suspeitas de que se tratasse de assaltos a estabelecimentos da baixa [...]» sobre, os quais, os «piquetes de cavalaria e infantaria da guarda republicana e polícia, fizeram dispersar os populares, havendo novas correrias e

¹⁶⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de fevereiro de 1918, p. 1.

confusão». No meio da debandada geral, uma pessoa havia de morrer, após a autoridade abrir fogo, por suspeitar que os populares haviam feito explodir uma bomba¹⁶⁶. Nos dias seguintes os assaltos a vendedoras de pão prosseguiram, alguns dos quais, de forma violenta.

O ambiente instável que se vivia, levou o governador civil, Costa Soares, a lançar, no dia 25 de abril, o seguinte edital: «Não são permitidos ajuntamentos nas ruas e praças públicas e, em caso de assalto ou qualquer alteração da ordem, as pessoas pacíficas deverão retirar-se, a fim de só poderem sofrer as consequências os perturbadores da ordem pública»¹⁶⁷.

No entanto, os assaltos não abrandavam e, no espaço de uma semana, *O Comércio do Porto*, noticia, quase todos os dias, ocorrências tumultuosas para com aqueles que comercializavam o pão, originando mais de uma dezena de detenções entre os dias 26 de abril e 1 de maio, conforme podemos retirar, pela análise ao Quadro I.

Nos meses seguintes, registou-se uma quebra substancial, nos relatos de assaltos a géneros alimentícios, realizados na cidade do Porto, pelo que não terá sido estranho um crescente da repressão violenta, por parte da autoridade.

Como é sabido, os salários baixos, auferidos pelas classes trabalhadoras, neste período, não acompanhavam o encarecimento dos preços. Essa subida fez-se sentir, também, nos transportes públicos. Se em 1917, a Companhia Carris manifestava a falta de apoio da Câmara Municipal, nas contas cada vez mais apertadas da empresa,¹⁶⁸ em 1918, face à necessidade de cobrir as despesas que se aglomeravam, a Carris implementa uma nova taxa que aumentava o preço dos bilhetes anuais. Esse aumento iria instigar a contestação dos cidadãos possuidores desses bilhetes, (na maior parte dos casos, trabalhadores dependentes deste transporte para se locomoverem para os seus trabalhos), gerando, por vezes, incidentes entre funcionários da Carris e passageiros, em agosto desse ano¹⁶⁹.

Esta ordem de acontecimentos demonstra, de forma sintomática, que as consequências da guerra atingiam, de maneira transversal, todos os setores da economia, com a disparidade entre preços altos e fracos salários, a atingir, linearmente as classes mais baixas, cujas formas de protesto redundavam em ações violentas.

¹⁶⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 25 de abril de 1918, p. 1.

¹⁶⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 26 de abril de 1918, p. 1.

¹⁶⁸ ALVES, Jorge Fernandes; SOUSA, Fernando de — *Os Transportes Colectivos do Porto – perspectiva histórica*. Porto: STCP, 2001, p. 158.

¹⁶⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 20 de agosto de 1918, p. 1 e 22 de agosto de 1918, p. 2.

6.2 A (Des)ordem Política

A ascensão de Sidónio ao poder formula-se numa ordem de violência que se alastrou, no seu consulado presidencial, geralmente, pela forte repressão ao movimento operário. Mas, à medida que a sua governação agia com *mão de ferro* sobre putativos elementos a si hostis, a contestação, embora na maioria dos casos abafada, não deixava de existir, quer nas ruas, quer em centros de discussão, configurados aos olhos do governo como, mais ou menos, clandestinos.

Assim como, um pouco por todo o território, também o Porto, sentiu no ao longo do mês de janeiro de 1918, a vontade *Sidonista* em solidificar a estrutura governativa. Claro está que, a isso, se deveu a perseguição, levada a cabo, às pretensas figuras antirregime.

Encarregue da vigilância política e social, estava a recém-formada polícia do Estado, a, então, Polícia Preventiva, cujo papel se tornou determinante na afirmação e consolidação do sidonismo. Da sua ação, destacavam-se a perseguição e detenção de quem atentasse contra o Estado, exercendo uma forte repressão, sobretudo, nas grandes cidades, como Lisboa e Porto.

Embora não se tenham assistido a atos violentos, relacionados com contestação política ao Sidonismo, neste início de ano de 1918, a verdade é que, foram várias as detenções efetuadas, a elementos conotados com Afonso Costa. Desde logo, a 8 de janeiro, é detido, no seu consultório médico, Eduardo Santos Silva, então presidente da comissão executiva da Câmara¹⁷⁰. Nos dias seguintes, seguiram-se detenções de antigos elementos da polícia¹⁷¹ e membros, ainda, ativos do exército¹⁷², sendo os primeiros acusados de roubo de armamento e, os segundos, de envolvimento no conflito de dezembro.

Caso semelhante ao roubo de armamento volta a verificar-se, dois meses depois, em março, com o desaparecimento de «[...] um saco de espingardas passadas para fora de um dos quartéis militares desta cidade»¹⁷³, cujas diligências policiais, efetuadas nos dias seguintes, sobre este assunto, deixavam antever movimentos antigovernamentais na cidade. Ora, já depois das eleições de abril que resultaram na vitória de Sidónio Pais, em maio, refere *O Comércio do Porto* que, no seguimento de importantes diligências

¹⁷⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 9 de janeiro de 1918, p. 1.

¹⁷¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de janeiro de 1918, p.1.

¹⁷² *O Comércio do Porto*. Porto, 12 de janeiro de 1918, p. 2.

¹⁷³ *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de março de 1918, p. 1.

policiais realizadas, quer no Porto, quer em Gaia, procederam-se a dezenas de detenções, de entre as quais constavam os nomes de alguns oficiais do exército, além de serem apreendidos «[...] vários documentos, dos quais constam nomes de pessoas envolvidas na sedição; lista negra das pessoas que deviam ser assassinadas logo ao rebentar da conspiração; e lista de quem fornecia dinheiro para o movimento»¹⁷⁴. Sem manifestações públicas de evidente descontentamento contra o governo, este hipotético movimento conspirativo, em nada beliscou a ação governativa Sidonista. O Porto presenciava, apenas, a chegada de inúmeros detidos, oriundos de várias localidades do norte do país, nos dias seguintes, e que foram recolhendo às prisões do Aljube e do Paço Episcopal. Como aferimos, a contestação, mais ou menos pronunciada ao governo, provinha, de uma maneira geral, das camadas trabalhadoras e seus respetivos sindicatos, com especial destaque para a ação mobilizadora da União Operária Nacional. Isso, no entanto, não retirava espaço a movimentos opositores ao regime que, clandestinamente, procurariam criar um ambiente propício ao derrube do governo.

Em meados de agosto de 1918 há, na cidade do Porto, novas notícias sobre diligências policiais que resultaram na detenção de mais de 50 pessoas «[...] por estarem, ao que se diz, envolvidos num movimento político partidário.»¹⁷⁵. Estas (pessoas) seriam, porém, libertadas no dia seguinte. Pela descrição profissional dos indivíduos detidos, é possível perceber que abrangiam várias classes, mas nenhum dos enumerados detinha uma posição influente, no círculo administrativo portuense. Aliás, na maioria dos casos, as notícias sobre estes movimentos, ditos políticos, veiculadas pelo *O Comércio do Porto*, deixam uma certa opacidade informativa visto não aprofundarem, mais, acerca dos tipos de ligações partidárias que teriam esses movimentos, possivelmente, conspirativos.

Numa altura delicada da sua governação, fortemente contestado na rua pelos trabalhadores, descontentes com as suas condições de vida e nos corredores políticos por uma «plataforma de entendimento entre os vários grupos republicanos»¹⁷⁶, Sidónio decide fazer uma visita pelo norte do país, em finais de setembro de 1918. Nessa altura, é desmantelado, em Lamego, um *complot* revolucionário, cujo eco na cidade do Porto

¹⁷⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 10 de maio de 1918, p. 1.

¹⁷⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 17 de agosto de 1918, p. 1.

¹⁷⁶ SAMARA, Maria Alice — *Sidonismo e Restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 387.

resulta na detenção de várias dezenas de pessoas, com destaque para alguns guardas-civis¹⁷⁷.

Ao facilmente abafado, movimento de Lamego, sucedeu-lhe um outro, bem mais amplo, a 12 de outubro, com levantamentos militares em Lisboa, Penafiel e Évora, que levam à suspensão das garantias constitucionais, por parte do governo.

Na cidade do Porto e, por aquilo que nos permite destringer *O Comércio do Porto*, nada de anormal se produziu, pois que «O capitão snr. Solari Allegro, inspetor da polícia de segurança, vinha desde há tempos acompanhando os preparativos do movimento político [...]»¹⁷⁸. Dias depois, o diário portuense revela o plano de um pronunciamento revolucionário que em nada alterou a ordem pública na cidade, excetuando as várias dezenas de detenções que se foram efetuando, não se traduzindo em nenhum conflito violento¹⁷⁹.

Este período contínuo em que a aura *Sidonista* se vê envolta numa contestação de várias frentes (novembro trouxe consigo a greve geral) e embora a repressão adotada controlasse esses desmandos, a verdade é que o enfraquecimento do regime parece notório. Pela canalização de forças no combate, aos rotulados *complots* que germinavam, quais ervas daninhas e, talvez, estas insurreições deixassem antever o que se viria a passar em dezembro. Como defende Malheiro da Silva, «Os seus últimos quinze dias de vida foram marcados por um aviso grave de que a sua vida corria perigo [...]»¹⁸⁰.

A 6 de dezembro, por altura das comemorações do primeiro aniversário da «República Nova», Sidónio Pais é alvo de um primeiro atentado, falhado. Seria o pronúncio do que havia de suceder no dia 14 quando, José Júlio da Costa assassina o Presidente da República, na estação do Rossio, quando este se preparava para embarcar em direção à cidade portuense.

No Porto, «A impressão causada pelo hediondo atentado foi dolorosa e de geral reprovação. Pelas ruas viam-se muitas pessoas trajando luto, querendo demonstrar assim o seu sentimento», fazia notícia *O Comércio do Porto*, para depois acrescentar, «Tendo-se conhecimento da existência, no Porto, de um *complot* destinado a tirar a vida ao snr. Dr. Sidónio Pais, foram realizadas diversas prisões»¹⁸¹. As detenções de indivíduos «[...]

¹⁷⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 4 de outubro de 1918, p. 1.

¹⁷⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 13 de outubro de 1918, p. 1.

¹⁷⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 20 de outubro de 1918, p. 1.

¹⁸⁰ SILVA, Armando Malheiro da — *Sidónio e Sidonismo: história de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 340.

¹⁸¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 16 de dezembro de 1918, p. 1.

desafetos ao governo [...]»¹⁸², conforme expunha o periódico, continuariam nos dias póstumos à morte de Sidónio, na cidade do Porto, com centenas de pessoas a prestarem depoimentos sobre o assassinato, naquilo que as autoridades viam, também, como uma atitude preventiva à tomada de poder, por parte de outras forças político-militares.

6.3 A Monarquia dos 25 Dias

Ao País – A Junta Militar do Norte julga do seu dever informar o país das razões que determinam a sua constituição e dos fins que se propõe realizar:

Após o assassinato do chorado presidente da república, dr. Sidónio Paes, viu com dolorosa surpresa que a obra grandiosa que ele pretendia realizar era posta de parte, senão renegada por completo.

Assim é que constituía-se um governo de gabinete, procedera-se à eleição do seu sucessor por um sistema diferente do que ele inaugurara [...], e, a breve trecho, surgiam políticos ávidos de voltar aos processos antigos que levaram a Nação à desordem e à anarquia em que se encontrava antes do memorável triunfo do glorioso movimento de 5 de dezembro.

E o que representa a mais cruel das defeições senão a mais ignominiosa afronta lançada sobre a memória do grande mártir, constitui-se ultimamente um ministério com alguns elementos que se não cansaram de apregoar a aproximação com a seita demagógica, ou seja com aqueles onde foram recrutados os assassinos do saudoso Presidente!

Nesta desorientação em que se debatem aqueles a quem incumbia a nobre missão de nos governar, [...] era necessário que alguém aparecesse a recordar-lha com firmeza e desassombro!

É o que a Junta Militar vem fazer, declarando que o seu único intuito é obter a constituição de um governo de ordem, cheio de força e de prestígio, sem ligações partidárias, que, sobrepondo-se às ambições dos políticos, leve a paz e a tranquilidade à família portuguesa.

Enquanto isto não se conseguir, a Junta, forte, com as sucessivas adesões que, de todos os pontos do país vem recebendo, quer da classe militar, como da classe civil, recomenda a todos os portugueses que confiem na sua ação, [...] A Junta Militar – Gaspar da Cunha Prelada, coronel de infantaria; Artur Maria da Silva Ramos, coronel de engenharia; Jaime Carvalho da Silva, tenente-coronel de

¹⁸² *O Comércio do Porto*. Porto, 17 de dezembro de 1918, p. 1.

cavalaria; João Carlos Cortê-Real Machado, tenente-coronel de artilharia; e António A. Solari Allegro, capitão de cavalaria.¹⁸³

Era desta forma que, pouco mais de uma semana depois da morte de Sidónio, as Juntas Militares, tanto a norte como a sul, chamavam a si a continuação da obra dezembrista, considerando que era iminente, o perigo do futuro governo, chefiado por Tamagnini Barbosa¹⁸⁴, enveredar pelas tricas político-partidárias que o Sidonismo pretendia erradicar.

Pela cidade do Porto, imediatamente se multiplicaram as manifestações de apoio à Junta Militar do Norte, num ambiente sereno, de um certo calculismo, assim requeria o jogo no xadrez político, que podia colocar em causa a estabilidade governativa nacional. A falta de crença, nas instituições governativas, deixava o povo numa posição de expectativa e talvez de ilusão, em que, qualquer alteração produzida, significava de forma quase instantânea melhorias nas suas condições de vida.

Não havia, no entanto, uma uniformização político-ideológica nas várias Juntas Militares que se foram formando pelo país. A norte, por exemplo, preconizava-se a instauração de uma ditadura militar a nível nacional. Ideia, essa, que não prevaleceu.

Assim, ao constatar que os desígnios, por si defendidos, não iriam ser correspondidos pelo governo central, a Junta Militar do Norte, cujos seus oficiais eram na maioria, de tendência monárquica e, assumindo-se como única e legítima herdeira do Sidonismo, reclama, para si, o controlo governativo da cidade do Porto, a 3 de janeiro de 1919, manifestando a sua oposição contra aquilo que dizia ser uma «[...] política de corrilhos [...]»¹⁸⁵ vivida ao longo dos cerca de oito anos de República e de predominância do Partido Democrático que, «[...] ameaçavam comprometer a causa da ordem, que fora a obra de Sidónio [...]»¹⁸⁶.

Após a tentativa, falhada, de uma revolução em maio de 1915, uma velha figura havia agora de ressurgir, com o intuito de «[...] organizar um movimento de restauração». Tratava-se de Paiva Couceiro¹⁸⁷, monárquico convicto, que viria a assumir o cargo

¹⁸³ *O Comércio do Porto*. Porto, 26 de dezembro de 1918, p. 1.

¹⁸⁴ Foi nomeado pelo Presidente da República Canto e Castro que sucedera a Sidónio Pais para formar governo.

¹⁸⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 5 de janeiro de 1919, p. 1.

¹⁸⁶ MAGALHÃES, Luiz de — *Perante o Tribunal e a Nação – A Monarquia do Norte e o julgamento da Junta Governativa do Reino*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925, p. 23.

¹⁸⁷ SANTOS, Miguel Dias — *Couceiro, Henrique Mitchell de Paiva (1861-1944)* in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo - Vol.I*. Lisboa: Assembleia da República, 2013, p. 948.

máximo da Junta Governativa do Reino, aquando da sua efetiva instauração, a 19 de janeiro de 1919, no Porto.

No dia imediatamente seguinte é distribuído o primeiro número do *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, como forma de afirmação, inequívoca e legitimadora, da ação da monarquia, instalada a norte. Deste diário há a destacar, os seguintes decretos: o decreto nº3, de revogação de toda a legislação republicana em vigor; o decreto nº6, sobre a ordem pública e no qual se impele «todas as pessoas que detenham em seu poder [...], armas de fogo de qualquer natureza, substâncias e bombas explosivas [...] a entregarem-nas às autoridades administrativas ou policiais das suas residências [...]»¹⁸⁸. Evidentemente que as pretensões monárquicas, nestes primeiros tempos, passavam por estrangular toda e qualquer tentativa de pronunciamento republicano e, para isso, havia que levar avante um controlo sobre potenciais fatores de perigo, como seria o caso dos portes de armas de fogo. No entanto, os ataques aos republicanos não se cingiam aos decretos. Vários funcionários estatais viam-se perseguidos e afastados dos seus cargos, como foi o caso de funcionários dos correios e telégrafos «[...] desafetos à atual situação», assim noticiava *O Comércio do Porto*¹⁸⁹.

Às perseguições institucionais, juntavam-se também as perseguições civis, praticadas por milícias, às ordens da Junta sobre gente afeta à república. A 26 de janeiro, José Carneiro, morador na rua Costa Cabral, via a sua casa ser invadida com o pressuposto de apreender bandeiras republicanas que estavam em seu poder¹⁹⁰.

Estes tipos de milícias ficariam conhecidos como *trauliteiros*, não só por este tipo de ações, como por outras mais violentas que levavam a cabo sobre os republicanos do norte. Eram grupos hostis à república e, mesmo eles, «[...] tinham sido vítimas da violência republicana» durante a governação dos democráticos¹⁹¹.

As detenções de republicanos continuariam, durante os dias de vigência monárquica, em que o espaço do Éden Teatro ficaria para sempre ligado às violências praticadas pelos *trauliteiros*, embora *O Comércio do Porto* não faça, naturalmente, relato desses acontecimentos, durante o período de governação da Junta Governativa do Reino. Isto só viria a ser noticiado após a restauração da República, como será possível constatar mais

¹⁸⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 21 de janeiro de 1919, p. 1.

¹⁸⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de janeiro de 1919, p. 1

¹⁹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 27 de janeiro de 1919, p. 1

¹⁹¹ SANTOS, Dias Miguel — *Monarquia do Norte* in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo – Vol. II*. Lisboa: Assembleia da República, 2013, p. 995.

adiante. Sem nunca ter homogeneidade territorial, pela dificuldade em colher apoios para implantar-se a sul, a *Monarquia do Norte*, chegaria ao fim a 13 de fevereiro de 1919.

Perante a reimplantação da República, a norte, *O Comércio do Porto*, pretendendo que os seus interesses não fossem visados, fazia questão de se justificar perante os leitores: «[...] nunca a nossa pena se desviou da linha recta do dever para atender a outra coisa que não seja o bem da Pátria. Os nossos votos mais sinceros e calorosos, resumem-se, pois, em que passe depressa [...] a agitação produzida nos últimos tempos [...]»¹⁹².

6.3.1 Por Entre a Restauração e a Continuidade

Interessa, pois, perceber como conseguiram os republicanos reerguerem-se perante a monarquia que se instalara e se essa insurreição trouxe um novo clima de conflitualidade para a cidade do Porto.

O plano de restauração alicerçou-se, sobretudo, nas forças militares da Guarda Nacional Republicana, mas também em vários grupos de civis armados. Ao meio dia do dia 13, o Quartel do Carmo foi o primeiro local a ser tomado. Porém, foi na praça da Batalha, a caminho de se tomarem os pontos estratégicos seguintes, como o quartel-general, governo civil e Éden Teatro, que se deram os acontecimentos mais violentos, com trocas de tiros entre monárquicos e as forças de restauração republicana.

«Eram duas horas da tarde quando no quartel-general foi içada a bandeira branca, cessando então o fogo e avançando as tropas para o quartel-general e governo civil, que foram tomados, sendo imediatamente hasteada a bandeira republicana [...]»¹⁹³.

Após a tomada dos principais pontos, a população civil, aliada ao movimento republicano, mostrava-se efusiva e, como seria de prever, as instituições conotadas com os monárquicos, seriam alvo de represálias e ações de vingança.

Assim foi na Associação Católica, onde «um numeroso grupo de populares [...] destruiu tudo que encontrara, começando a lançar das janelas para a rua, diversas peças de mobiliário [...] bem como algumas bandeiras monárquicas, a que se pegaram o fogo»¹⁹⁴.

Também a sede do Batalhão Realista do Porto¹⁹⁵ fora «[...] assaltada por numerosos civis armados, que não só efetuaram algumas prisões, como apreenderam armamento,

¹⁹² *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de fevereiro de 1919, p. 1.

¹⁹³ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de fevereiro de 1919, p. 1.

¹⁹⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de fevereiro de 1919, p. 1.

¹⁹⁵ Grupo civil, miliciano, de apoio à Junta Governativa do Reino. Um dos tais grupos que deram fama à chamada *Traulitânia*.

munições e papeis». O mesmo sucedeu aos escritórios dos jornais *A Liberdade* e *A Pátria!*¹⁹⁶.

Uns meses mais tarde, em meados de julho, ainda surgiam resquícios destas violências. O jornalista, Mário da Costa Carregal, do periódico católico *O Debate*, sofreria um atentado nas próprias instalações do jornal, ao ser atingido, pelos tiros disparados, por alguns indivíduos que haviam invadido as ditas instalações¹⁹⁷.

O dia 13 de fevereiro, além da violência que emanou, acabou por ser um dia fatídico. Dos confrontos resultaram, pelo menos, treze mortes e mais de meia centena de feridos.

Às detenções que iam sendo efetuadas, os populares insurgiam-se, não raras vezes, com violência. Veja-se o caso de Rufino César de Lima, chefe dos guardas-civis no Éden Teatro que, após ser detido e, ao ser conduzido para o Aljube, foi «[...] alvejado [...] por um tiro que o feriu gravemente na cabeça [...]»¹⁹⁸.

Já em março, ao chegarem à cidade do Porto alguns detidos oriundos da Póvoa de Varzim, os mesmos foram recebidos com tiros, ficando três deles feridos, de um total de sete¹⁹⁹.

As detenções iam sendo recorrentes, quase diárias e, em julho, *O Comércio do Porto*, fazia uma contabilização daqueles que se encontravam detidos pelos motivos políticos e suas conotações monárquicas, sendo mais de três centenas, distribuídos pelo Aljube²⁰⁰.

A hostilidade para com os monárquicos era contínua, sobretudo quando as intencionas destes estavam, ainda, bem presentes na mente dos portuenses.

Assim, a 12 de julho, após uma missa celebrada em memória das vítimas de Chaves²⁰¹, um grupo de civis invade a igreja dos Congregados e agride aqueles que assistiam à missa, deixando pelo menos três pessoas feridas²⁰².

Os ataques aos monárquicos e às instituições a eles conotados, na maior parte dos casos instituições católicas, após a derrota da Junta Governativa do Reino, tiveram uma constância, maior do que o habitual, nos meses seguintes. A cidade do Porto, baluarte republicano, parecia não querer deixar passar incólume as represálias vividas durante os 25 dias de Monarquia do Norte e, por vezes, a resposta dada era a mesma: com violência e perseguições que deixavam a cidade, embora não dividida

¹⁹⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 14 de fevereiro de 1919, p. 1.

¹⁹⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 17 de julho de 1919, p. 3.

¹⁹⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 20 de fevereiro de 1919, p. 1.

¹⁹⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 11 de março de 1919, p. 1.

²⁰⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 9 de julho de 1919, p. 1.

²⁰¹ Intentona monárquica, liderada por Paiva Couceiro, decorrida nos inícios de julho de 1912, que teve o seu epicentro na cidade de Chaves.

²⁰² *O Comércio do Porto*. Porto, 13 de julho de 1919, p. 2.

(a afirmação republicana parecia não ter nova resposta) mas, em conflito permanente. Deste ponto de vista, será possível afirmar que, a *Traulitânia* havia de ter a sua continuidade, com os *trauliteiros* monárquicos repostos pelos republicanos.

6.4 A «Paz» que Tardava

A conjuntura europeia e mundial estava já em pleno processo de mudança, desde novembro de 1918, com a assinatura do armistício. Portugal, como um dos países, diretamente envolvidos no conflito mundial, tinha toda a esperança que o fim da Grande Guerra permitisse solucionar, ou pelo menos, amenizar um dos graves problemas com que a sociedade se deparou ao longo desse quadriénio - o da escassez de géneros e consequentemente, a fome.

Se essa referida conjuntura europeia, permitiria pensar em políticas económicas e sociais de mudança, a nível interno, estariam as entidades político-partidárias nacionais, alinhadas nesse sentido?

Embora a presidência de Sidónio Pais e, consequentemente, a sua popularidade, não granjeasse em finais de 1918, a mesma aura espetacular dos inícios desse ano, a verdade é que, a sua morte originou, como pudemos constatar nos capítulos anteriores, um vazio na credibilidade governativa do país. Esta foi uma das razões que levou a que os monárquicos se sentissem legitimados a avançar, tendo-o feito sem a uniformidade territorial necessária à edificação de uma monarquia forte. Daí que, apenas no norte, se tenham conseguido implementar, com o intuito de prosseguirem a obra *dezembrista*, e nem a totalidade de um mês perfizeram à frente dos destinos governativos nortenhos. Sublinha Luís Farinha que «A dessidonização do regime não foi simples nem rápida [...]»²⁰³ e, esse processo de desprendimento da obra de Sidónio, contava com a tal oposição das correntes mais conservadoras, com as quais o «presidente-rei» tinha criado laços mais estreitos.

O restabelecimento da República a norte, a 14 de fevereiro de 1919, marca, definitivamente, o início daquela que a historiografia patenteou como «Nova República Velha», ou segunda fase da I República e, que havia de durar até ao golpe militar de 1926.

²⁰³ FARINHA, Luís — *A Transformação Política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 466.

O novo quadro político nacional deixava antever o regresso do caciquismo, quase sempre presente no Portugal parlamentarista, e logicamente, um retorno dos velhos partidos do arco do poder com democráticos, evolucionistas e unionistas²⁰⁴. As eleições de maio de 1919, não deixavam margem para dúvidas ao darem a maioria absoluta aos democráticos. Restabelecia-se, então, a velha ordem política, no velho Portugal saudosista.

A nível social, a expectativa seria, inevitavelmente, uma mudança no paradigma das dificuldades com que o povo português se deparava, há longos anos, e cujo final da I Guerra Mundial, deixava antever.

Após o frenesim do movimento monárquico e um período de latente guerra civil, naturalmente que a questão da fome e das parcas condições laborais, continuava a marcar o quotidiano dos portuenses.

Os finais de fevereiro trazem consigo as ações de conflito, já «normais», na cidade do Porto, no que respeita à escassez de géneros, com vários assaltos a padarias e vendedoras de pão, dando-se mesmo o caso de «populares em crescido número e numa enorme confusão, tentarem [...] invadir a esquadra, procurando à força apanhar o pão a todo o custo», após algumas distribuidoras se refugiarem na esquadra de polícia, no Aljube²⁰⁵. Sabe-se que a alimentação das classes trabalhadoras dependia, quase em exclusivo, do pão, daí toda a importância das seguintes variáveis: escassez, falta e preço. Ora, claro está que a correlação entre ambas era existente e, desse ponto de vista, o trabalho da Comissão de Subsistências, permitiu um controlo mais efetivo das mesmas. Porém, podemos ainda acrescentar a estes fatores, a variável humana (mão-de-obra), responsável por confeccionar o alimento.

Desta forma, quando, em finais de junho, se esboçou um princípio de greve da classe dos padeiros, os conflitos geraram-se, naturalmente, um pouco por toda a cidade.

A título de exemplo, numa padaria na rua de Costa Cabral, alguns grevistas tentaram, por meio de coação, frequentemente usado, «[...] impedir que os seus camaradas trabalhassem [...]», o que originou confrontos entre as duas posições²⁰⁶. Aliciamento à greve e assaltos a vendedoras de pão foram, nos dias seguintes, constantes.

A cidade temia o pior e, o pior seria a falta de pão, se industriais e operários não chegassem a um acordo, rapidamente.

²⁰⁴ Os dois últimos haviam de se reconfigurar, em outubro de 1919, resultando da dissidência de alguns dos seus partidários, a formação dos partidos Liberal e Popular.

²⁰⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, 26 de fevereiro de 1919, p.1.

²⁰⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, 26 de junho de 1919, p. 2.

O ponto crítico, deste conflito, chegava no último dia de junho, desse ano, assim que «Os operários [...] resolveram reclamar dos industriais de padaria o dia normal de 8 horas e o acabamento do trabalho noturno [...]»²⁰⁷. Na tentativa de resolução deste impasse e, segundo escrevia *O Comércio do Porto*, interveio o, então, governador civil do Porto, Henrique Pires Monteiro. A plataforma de entendimento criada pelo governador civil, parece apenas ter tido receptividade por parte dos industriais que «[...] aceitavam o novo horário de trabalho e o acabamento do serviço noturno mediante uma lei, que seria pedida ao snr. Ministro do Trabalho [...]», ao contrário dos operários que a recusaram²⁰⁸.

A solução encontrada para controlar os efeitos da greve que se iriam traduzir na falta de pão na cidade do Porto, passou pela requisição de «[...] 24 praças devidamente habilitados na manipulação de pão [...]», o que acabou por ser bem sucedido²⁰⁹.

Este acontecimento, com os manipuladores de pão parece ter despertado outras classes para uma nova vaga de greves. Destacam-se os operários refinadores de açúcar, os metalúrgicos e, já em meados de julho, os ferroviários.

Os conflitos operários agitaram o Porto neste verão de 1919. As reivindicações pelas melhorias salariais e pelas oito horas de trabalho diárias estavam na ordem do dia.

Assim, em finais de julho, nova greve, sem aviso prévio, desta vez dos funcionários da Companhia Carris, criticada, uma vez mais, nas páginas d'*O Comércio do Porto* que adjetivava a ação dos trabalhadores como «[...] intempestiva [...]», ao mesmo tempo que, a qualificava de «[...] lesiva para o Porto [...]»²¹⁰.

Cerca de uma semana depois e, não estando a greve ainda solucionada, os utentes dos serviços da Companhia, com bilhetes anuais, manifestam o seu desagrado junto do governador civil, sentindo-se prejudicados com a paralisação.

Apesar de todo o desconforto que a greve gerou nos portuenses, não se produziram conflitos violentos que alterassem a ordem pública na cidade.

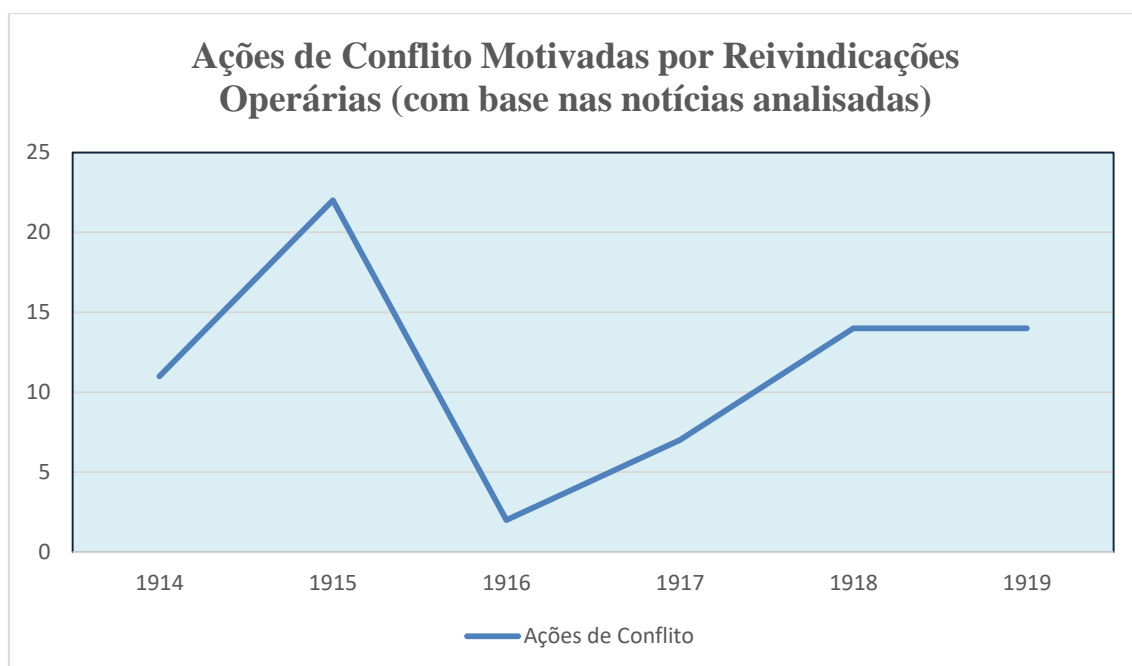
²⁰⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 1 de julho de 1919, p. 1.

²⁰⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 1 de julho de 1919, p. 1.

²⁰⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, 1 de julho de 1919, p. 1.

²¹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 29 de julho de 1919, p. 1.

Gráfico II



Fonte: *O Comércio do Porto*. Porto, 1914-1919.

Já em setembro, ao verem proibido um comício público, com o intuito de debater a questão da carestia de vida, a União dos Sindicatos Operários do Porto, considera «[...] esmagada a liberdade de expressão do pensamento», por parte governo civil do distrito, em relação aos trabalhadores²¹¹.

Este comício viria, apesar de tudo, a realizar-se cerca de um mês depois, a 14 de outubro. O motivo do protesto era o de sempre: a «[...] necessidade de se entrar em medidas tendentes ao barateamento dos géneros de primeira necessidade [...]» como avançava *O Comércio do Porto*²¹². Temendo que a ordem pública fosse alterada, o governo civil destacou um forte contingente da Guarda Nacional Republicana e Polícia Civil, para o local, à Praça Marquês do Pombal.

As palavras que marcaram o comício tinham os alvos bem definidos, sobre os que consideravam ser os causadores do estado de carestia dos portuenses. Queixavam-se os trabalhadores da «[...] vida de fome e de tortura que atravessa o operariado, devido à nefasta ação dos açambarcadores e à indiferença dos governos [...]»²¹³. A juntar a isto, a

²¹¹ *O Comércio do Porto*. Porto, 23 de setembro de 1919, p. 2.

²¹² *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de outubro de 1919, p. 1.

²¹³ *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de outubro de 1919, p. 1.

União dos Sindicatos apresentava uma lista com alguns pontos reivindicativos, que julgavam ser fundamentais para amenizar os efeitos da crise:

1º- Que seja dada satisfação às reclamações formuladas nos movimentos já realizados;

2º- Que como medidas de carácter imediato, sejam adotadas as seguintes:

- a) Proibição imediata da destilação dos cereais panificáveis;
- b) Abolição total dos impostos sobre importação de géneros de primeira necessidade, proibindo-se assim a sua exportação;
- c) Por em contato direto, o produtor com o consumidor, por meio de estabelecimento de armazéns gerais, bem sortidos;
- d) Despacho imediato de todos os géneros retidos nas alfândegas, sendo estes entregues aos armazéns gerais com o indicado no número anterior, quando não sejam levantados no prazo de 8 ou 15 dias;
- e) Reorganização dos meios de transporte terrestres e marítimos, de forma a garantir o abastecimento dos mercados continentais.

O discurso terminaria de forma dura, com uma ameaça, clara, aos poderes governativos: «o povo consumidor do Porto [...] declara que despreza todas as leis, responsabilizando os dominantes pelos atos que de futuro possam trazer graves perturbações, se dentro em pouco tempo não for cumprido o que está indicado, ao governo, por este comício»²¹⁴.

Este comício foi bastante concorrido. Os trabalhadores sentiram a necessidade de fazer valer a sua indignação, perante a inoperância do governo, em fazer face à carestia de vida. Questão que, aliás, foi transversal aos anos da Grande Guerra.

Durante o comício, a ordem foi exemplar, não se assistindo a confrontos entre trabalhadores e a autoridade presente. Porém, no final do mesmo, haviam de se dar algumas cargas de baioneta sobre os trabalhadores, assim como tiros para os dispersar, com incidência na praça da Batalha e proximidades, não permitindo a força da GNR ajuntamentos de grupos numerosos. No meio da confusão gerada, chegaram a ser efetuadas algumas detenções.

No decorrer da noite, ocorreram alguns acontecimentos violentos, com apedrejamentos de lojas de comércio, assim como uma tentativa de obstar a circulação dos carros elétricos. A polícia manteve a prevenção, sobretudo nos edifícios públicos, como o governo civil, temendo que a população se insurgisse durante a madrugada.

²¹⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, 15 de outubro de 1919, p. 1.

A atitude mais incisiva, por parte dos sindicatos, reflete, em boa parte, o sucesso que o II Congresso Nacional Operário, realizado cerca de um mês antes, em Coimbra, teve no desenvolvimento para a luta proletária em Portugal, com o marco histórico da criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que ocupava o lugar da União Operária Nacional²¹⁵. Este novo fôlego sindicalista-revolucionário que entre os meses de abril e outubro marcou, não só a cidade do Porto, bem como todo o país, não se apresenta em vão. Para estas lutas operárias, em muito contribuiu, também, a Revolução Soviética, com a nova central sindical portuguesa (CGT) a inspirar-se na revolução proletária russa, para reivindicar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Constata, nesse sentido, Joana Dias Pereira que «A radicalização do movimento revela-se incontornável»²¹⁶. No seguimento dessa radicalização, temendo uma incrementação efetiva dos ideais revolucionários soviéticos, a autoridade portuense, procede, ainda no mês de outubro, a diligências no sentido de reprimir qualquer laivo da revolução russa. Nessa ordem, alguns trabalhadores são detidos sob a acusação de serem «[...] propagandistas da doutrina bolchevista [...]»²¹⁷.

O ano de 1919, apesar das expectativas criadas pelo fim da I Guerra Mundial, não se revelou, instantaneamente, um ano de mudança nas vicissitudes nacionais. Particularmente, no caso da cidade do Porto, a sua população continuou a debater-se com os problemas de fome que, facilmente, potenciavam os conflitos.

Não por acaso, o editorial de 9 de outubro de 1919 d' *O Comércio do Porto*, fazia eco das «[...] queixas do comércio e da indústria contra a falta de segurança [...]» verificada nos portos de Lisboa e Porto, os quais se vinham a debater com roubos constantes²¹⁸. Este dado é revelador das situações de extremo desespero que aconteciam na sociedade portuguesa, com as pessoas a recorrerem a medidas que as expunham à criminalidade e, numa outra perspetiva, refletia as carências governativas para lidar com a questão da carestia de vida.

²¹⁵ SAMARA, Alice — *Confederação Geral do Trabalho* in ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013, p. 830-833.

²¹⁶ PEREIRA, Joana Dias — *A Ofensiva Operária* in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 426.

²¹⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, 29 de outubro de 1919, p. 1.

²¹⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, 9 de outubro de 1919, p. 1.

Conclusão

A inevitabilidade de um conflito, em larga escala, apregoada por vários estudiosos nos anos que antecederam a Grande Guerra, acabou por marcar o início do século XX.

Várias foram as estruturas afetadas, maioritariamente, a nível europeu, pelo despoletar do conflito bélico: desde as estruturas políticas, passando pelas económicas e, mais ainda, as estruturas sociais. Perdas e mais perdas que, ao longo de quatro penosos anos, relativizaram o valor da vida humana a um ponto de quase insignificância.

Envolvido no teatro de guerra durante cerca de dois anos, Portugal foi um dos países, onde o abalo estrutural, acima referido, se fez sentir de uma forma quase permanente, nesse período.

Não obstante a participação portuguesa na I Guerra Mundial, também as querelas políticas, da I República, marcaram, não só, os anos em análise neste estudo, como todos os 16 anos da sua duração.

Esta bifurcação conjuntural deu o mote para vários acontecimentos que contribuíram para uma instabilidade social constante que se fez sentir com grande intensidade, um pouco por todo o território, com especial incidência nas zonas urbanas. O caso da cidade do Porto não foi exceção.

Numa época em que as condições de vida operárias marcavam o quotidiano e a agenda política nacional, as reivindicações dos trabalhadores estiveram sempre presentes, nestes longos anos de guerra. Eram os operários quem mais sentiam o encarecimento dos géneros e o não acompanhamento dos salários dessa subida, pelo que podemos identificá-los como os principais impulsionadores de conflitualidade na cidade do Porto, durante este período.

Porém, a linha entre ações pacíficas e violentas era, quase sempre, ténue. Verificámos que uma ação de greve podia, rapidamente, despoletar atitudes turbulentas, não só, entre trabalhadores e agentes de autoridade, mas também, entre o próprio corpo operário. Havia pouca complacência, por parte dos grevistas, para com aqueles que não alinhavam nas greves e isso verificou-se, frequentemente, com ataques, na sua maioria isolados, de grevistas descontentes com a não adesão de outros colegas.

Uma outra leitura leva-nos a sugerir que, embora com um sindicalismo incipiente, no Portugal do início do século, havia já uma noção corporativa, e porque não dizê-lo, solidária, entre o operariado, mas nem sempre as suas linhas orientadoras eram bem definidas à partida, não conferindo a força necessária a uma luta que se queria

generalizada. Desta forma, uma ação grevista / reivindicativa de determinada classe podia ser apoiada por várias classes operárias, embora a sua coordenação ideológica fosse pouco ou nada existente. Daí que assistimos, várias vezes, a movimentos de solidariedade espontâneos entre o operariado.

As greves eram encaradas pel'*O Comércio do Porto* como um bloqueio ao progresso e apenas levavam o país a afundar-se, ainda mais, pelo que o jornal não se coibia de opinar e lançar duras críticas ao operariado portuense, sobretudo quando essas ações originavam conflitos de maior violência. Neste aspeto, podemos afirmar que o periódico se mostrou, frequentemente, próximo da autoridade governativa.

A realidade portuense, durante estes anos, viu-se a braços com um *cocktail* problemático. Ao desemprego e baixos salários, juntava-se a escassez de bens de primeira necessidade, o açambarcamento dos mesmos e, aliado a isto, a impaciência da grande franja da sociedade portuense, da qual o operariado era a que ficava mais à mercê.

Embora não tenhamos aprofundado a questão, nota-se que a ação da Comissão de Subsistências, sem dúvida preponderante na regulação dos preços e racionalização de géneros pela cidade, não esmorece a conflitualidade e o protesto na cidade do Porto. Verificámos que emergem, na cidade do Porto, os assaltos a padarias, vendedoras de pão e outros géneros e, ainda, a armazéns de víveres. Era esta a realidade que perdurou durante a participação portuguesa no conflito.

Conflitualidade, operariado e carestia de vida, são os pontos principais e transversais, a estes anos analisados.

Num outro prisma, surgem-nos questões pontuais, mas que também tiveram influência nos conflitos decorrentes na cidade portuense.

No espectro político, a cidade do Porto não se abstém de uma tomada de posição. Os “velhos” laços republicanos perduram e há uma nítida e vincada simbiose entre a cidade e a luta antimonárquica e anticatólica. Prova disso são os ataques a instituições marcadamente e/ou com conotação monárquica (e indissociavelmente católica), não só nos momentos das intentonas realistas, mas também, aquando de ataques políticos mais intensos à república.

Os portuenses, à época, assumem uma tendência, quase natural, de culpabilizar monárquicos e católicos pela instabilidade vivida e embora o período de governação da Monarquia do Norte sugira uma fase de «tréguas» nessa luta, convém perceber que a população portuense estava desamparada para fazer frente ao regime repressivo que se instalara. Porém, quando percebeu que tinha o apoio militar a seu lado, para se libertar do

jugo monárquico e restaurar a república na cidade, saíu à rua para o fazer pela via da força.

Como tivemos oportunidade de verificar, as autoridades governativas e de policiamento locais, reagiam à conflitualidade existente, geralmente, com cargas sobre a população. Daí que, normalmente, os feridos e mortos registados resultassem dessas mesmas ações e o controlo fosse mais pela força, do que pelo apaziguamento ou via dialogante (várias vezes, durante este período, os direitos constitucionais foram suspensos). Isto mesmo é corroborado no estudo de Palacios Cerezales, *Portugal à Coronhada*, que, como referimos, evidencia o papel que a GNR desempenhou como braço armado dos governos republicanos, especialmente neste período. A impaciência nas ruas era partilhada por todos.

As ruas. Este era o espaço, por excelência, onde os conflitos se despoletavam e se prolongavam, com especial incidência para o exterior do Governo Civil, zona onde se iniciavam os protestos reivindicativos da população.

Se o espaço público era a zona de maior ênfase de conflitos, também isso acontecia no espaço privado. Aqui, somos levados a considerar, novamente, os ataques frequentes a instituições como, jornais e agremiações, com conotação católica e monárquica, que se viam atacados e vandalizados.

Torna-se conveniente referir que, à partida para a elaboração desta dissertação foram reconhecidas, algumas limitações que não permitiram explorar de uma forma mais minuciosa este trabalho.

Em primeiro lugar, o tempo disponível para uma análise mais profunda e diversificada, no que respeita a outras fontes, foi escasso. Daí o recurso, quase, em exclusivo à fonte principal, deste trabalho, *O Comércio do Porto*, o que pode permitir, por vezes, uma leitura mais subjetiva e menos polida de certos acontecimentos, e nos coloca perante a ausência de um contraponto, essencial para uma análise mais completa.

Por outro lado, o próprio periódico, *O Comércio do Porto*, foi alvo, repetidas ocasiões, de censura por parte dos sucessivos governos, o que desvirtuava o conteúdo noticioso ou, simplesmente, omitia informação que poderia ser considerada relevante numa ação de conflito.

Há que reconhecer ainda que o recurso a bibliografia estrangeira sobre o tema, ou sobre pontos que nos remetessem para casos idênticos em outras cidades, sobretudo, europeias, não foi feito. Isto está, mais uma vez, relacionado com a questão da limitação de tempo, já referida.

O trabalho aqui exposto deixa em aberto, alguns, pontos passíveis de serem estudados e analisados.

Tornar-se-ia interessante explorar, um pouco mais detalhadamente, a relação entre sindicalismo e os conflitos na cidade do Porto, ou seja, até que ponto os sindicatos promoviam ações de desestabilização da ordem, num período conturbado, questão que, embora tenhamos abordado, não expusemos pormenorizadamente.

Outro ponto prende-se com o termo de comparação que pode ser feito com outras cidades, nomeadamente, o caso de Lisboa, o que tornaria este tipo de estudo mais abrangente e homogéneo. Mais ainda se tivermos em conta que, em períodos mais conturbados, os relatos, dos quais *O Comércio do Porto* fazia eco, deixavam transparecer uma capital fervilhante, no que concerne a conflitualidade social.

Este estudo pretendeu, desta feita, realçar a maneira como, um determinado ambiente político nacional e internacional, influi numa sociedade e no seu quotidiano, e na forma como uma população reage, sabendo de antemão, que se tratou de um dos momentos mais críticos da história social em Portugal.

Fontes

Fontes Hemerográficas

O Comércio do Porto. Porto, 1914-1919.

A Capital. Lisboa, 1917.

Fontes Arquivísticas

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP) — *Copiador de Cartas da Comissão Municipal de Subsistências (1917-1918)*.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes; SOUSA, Fernando de — *Leixões – Uma história portuária*. Porto: Associação dos Portos de Douro e Leixões, 2002.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN, Thomas — *A Construção Social da Realidade – Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, David Luna de — *Os Levantes da República (1910-1917). Resistências à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1ª República Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 2011.

COELHO, Alexandra Prado — *25 Olhares Sobre a I República – Do republicanismo ao 28 de Maio*. Lisboa: Público, 2010.

CORDEIRO, José Manuel Lopes — *História do Porto. Desafios à República – Cidade Inconformada e Rebelde*. Matosinhos: QuidNovi, 2010.

FERNANDES, António Teixeira — *Conflitualidade e Movimentos Sociais*. Análise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993, p. 787-828.

FERRAZ, José Manuel — *O Desenvolvimento Socioeconómico Durante a I República (1910-1926)*.

FERRO, Marc — *A Grande Guerra: 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002.

GILBERT, Martin — *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

GUINOTE, Paulo — *Afonso Costa – O orador parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República, 2014.

HOBBSBAWM, Eric — *A Era dos Extremos – História Breve do Século XX: 1914-1991*. Lisboa: Presença, 1996.

LAINS, Pedro — *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MAGALHÃES, Luiz de — *Perante o Tribunal e a Nação – A monarquia do norte e o julgamento da Junta Governativa do Reino*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925.

MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.) — *O Segundo Governo de Afonso Costa: 1915 – 1916. Actas dos conselhos de ministros*. Publicações Europa – América. 1974.

MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) — *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa: Colecção Parlamento, 2000.

MEDINA, João — *O “Presidente-Rei” – Sidónio Pais*. Lisboa: Horizonte, 2007.

MOURA, Maria Lúcia de Brito — *A «Guerra Religiosa» Sob a I República – O Impacto da Lei da Separação*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

NAVARRO, Bruno J. — *Governo de Pimenta de Castro – Um General no Labirinto Político da I República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.

PALACIOS CEREZALES, Diego — *Portugal à Coronhada - Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.

PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) — *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*. Porto: CITCEM, 2015.

PEREIRA, Joana Dias — *Sindicalismo Revolucionário – A história de uma Idéia*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

PEREIRA, José Pacheco — *As Lutas Operárias Contra a Carestia de Vida em Portugal: a greve geral de 1918*. Porto: Nova Crítica, 2ª edição, 1976.

PIRES, Ana Paula — *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

PIRES, Ana Paula — *António José de Almeida: o Tribuno da República*. Lisboa: Assembleia da República, 2011.

PIRES, Ana Paula; ROLLO, Maria Fernanda — *Manuel de Brito Camacho – Um intelectual republicano no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República, 2015.

PINTO, Ana Catarina — *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926): a esquerda republicana e o bloco radical*. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.

PINTO, Jaime Nogueira — *Nobre Povo. Os anos da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

RAMOS, Luís Oliveira (dir.) — *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1994.

ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013.

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) — *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010

SALAZAR, António de Oliveira — *O Ágio do Ouro e Outros Textos Económicos (1916-1918)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

SAMARA, Maria Alice — *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SAMARA, Maria Alice — *Bernardino Machado: uma vida de luta*. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

SANTOS, Maria José Moutinho — *A Sombra e a Luz: As prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SEQUEIRA, Carla — *O Alto Douro Entre o Livre-Cambismo e o Protecionismo: a “questão duriense” na economia nacional*. Porto: CITCEM, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926). História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina (Vol. XI)*. Lisboa: Verbo, 1989.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926). História Diplomática, Social, Económica e Cultural (Vol. XII)*. Lisboa: Verbo, 1990.

SILVA, Armando Malheiro da — *Sidónio e Sidonismo: história de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

STIBBE, Matthew — *German Anglophobia and the Great War, 1914-1918*. Cambridge: University Press, 2001.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) — *Portugal e a Guerra – História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX e XX)*. Lisboa: Colibri, 1998.

TELO, António José — *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: José Fortunato.

TELO, António José — *Primeira Republica I – Do sonho à Realidade*. Lisboa: Presença, 2010.

VALENTE, Vasco Pulido — *O Poder e o Povo*. Lisboa: Alêtheia, 2010.

VARELA, Raquel; NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias (coord.) — *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*. Lisboa: Colibri / Instituto de História

Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

VARETA, Bernardino — *O Commercio Portuguez na Actual Situação Internacional*. Porto: Tipografia Pereira, 1917.

VAZ, Maria João — *O Crime em Lisboa: 1850-1910*. Lisboa: Ed. Tinta-da-China, 2014.